1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 33ª (TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022 E 8 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,

DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

INÍCIO ÀS 10H	TÉRMINO ÀS 14H01MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos do DF, para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta reunião está sendo transmitida pela TV Câmara Distrital.

Informo que a Coordenadoria de Polícia Legislativa fez o isolamento dos assentos destinados aos deputados, dispostos pelo plenário, para uso exclusivo dos parlamentares, dos advogados que estiverem acompanhando o depoente e das autoridades autorizadas por esta presidência. Assessores e demais interessados deverão ocupar as cadeiras dispostas ao fundo do plenário ou a galeria.

Solicito aos deputados que registrem as suas presenças nos terminais. (Pausa.)

Encontram-se presentes o deputado Chico Vigilante, o deputado Hermeto, relator desta CPI, o deputado Fábio Félix e o deputado Pastor Daniel de Castro.

Tendo em vista a divulgação prévia da ata, pergunto aos deputados se podemos considerá-la lida e aprovada.

Deputado Hermeto, podemos considerar como lida e aprovada a ata?

DEPUTADO HERMETO – Sim, excelência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Fábio Félix?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De acordo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Pastor Daniel de Castro?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – De acordo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência também está de acordo.

A referida ata está aprovada com a presença de 4 deputados. Houve 3 ausências.

Pergunto ao relator, deputado Hermeto, se deseja fazer algum comunicado.

DEPUTADO HERMETO – Só no final.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Hoje, ouviremos o coronel Reginaldo Leitão, da Polícia Militar do Distrito Federal. Esta será a última oitiva desta CPI, conforme o cronograma apresentado.

Oitiva do coronel Reginaldo Leitão, da Polícia Militar do Distrito Federal. O requerimento que trata desta convocação é o Requerimento nº 28/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro.

Já tendo sido devidamente qualificado pela Coordenadoria de Polícia Legislativa desta casa de leis, convido a comparecer a este plenário o coronel Reginaldo Leitão. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Reginaldo Leitão, esclareço que o senhor está diante de uma comissão parlamentar de inquérito na condição de testemunha e, como tal, tem o dever de dizer a verdade, sob pena de incorrer no crime previsto no art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579/1952, combinado com o art. 342 do Código Penal. Apesar disso, caso o senhor entenda ter envolvimento com os fatos ora investigados, terá o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por um advogado.

O senhor está assistido por advogado, coronel Leitão?

REGINALDO LEITÃO – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor deseja fazer algum esclarecimento antes de iniciarmos as perguntas?

REGINALDO LEITÃO – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por favor, o senhor está com a palavra pelo tempo que achar necessário para colocar a sua versão sobre os fatos.

REGINALDO LEITÃO – Primeiramente, bom dia a todos. A gente está aqui para ajudar, viu, deputado? Em nome do senhor, inclusive, desejo bom dia a toda a mesa e a todo mundo aqui na Câmara Legislativa. Espero que a gente tenha um dia produtivo, que a gente consiga esclarecer alguns pontos. Eu imagino que os senhores já devam estar exauridos, também, ao longo de um processo tão longo. Então, a gente está aqui à disposição do senhor – de antemão já digo isso – para tentar esclarecer o máximo de pontos que ainda tenham alguma dúvida; que a gente possa tentar esclarecer. Eu gostaria de iniciar informando que atualmente eu estou na Dinfra, que é uma divisão de infraestrutura da Polícia Militar, mas que, no período tanto do dia 8 quanto do dia 12, que eu acho que é o assunto que nós vamos tratar aqui, eu era chefe do Centro de Inteligência da Polícia Militar. Desde abril de 2022 até setembro agora deste ano, eu fiquei à frente do Centro de Inteligência da Polícia Militar. Queria deixar esclarecido também que todas as informações que o Centro de Inteligência tinha foram passadas tanto para a CPMI quanto aqui para a CPI, ao longo desse período, quanto para o STF. Então, as informações formais que foram coletadas pelo Centro de Inteligência acredito que já estejam na mão dos senhores para serem analisadas. Eu queria aproveitar também e esclarecer, porque o assunto inteligência não é um tema de conhecimento de todos, né? Então, é um assunto que fica bem restrito a um grupo dentro das próprias organizações. Não são todos que têm conhecimento de como é que funciona, de o que é um centro de inteligência. Então, eu queria iniciar explanando sobre o Centro de Inteligência e o Sipom. O que seriam essas siglas? O Centro de Inteligência é o órgão de controle do Sipom, que é o Sistema de Inteligência da Polícia Militar. O Sipom é formado por diversas agências, são 9 ao todo. Se formos fazer uma analogia, como se fosse um polvo, o CI seria a cabeça do polvo e as agências seriam esses braços, esses tentáculos do polvo. Com isso, eu digo o seguinte: o CI é um órgão de controle, ele coordena as atividades das agências. Só que as agências têm a sua independência. Cada agência que apoia os diversos setores dentro da corporação tem sua independência. Isso tem uma inteligência por trás. A Polícia Militar, como todos sabem, é uma instituição que atende a todo o Distrito Federal e não lida só com o tema de manifestações. A gente lida com todas as ordens de controle da ordem pública. Então, se a gente não tiver agilidade na tomada de decisão, a gente pode expor a instituição. Se a gente deixar o nosso sistema muito burocrático nesse fluxo de informação, isso pode colocar a

instituição em risco. Diante disso, as agências têm independência, sim, para levar e tratar dos temas inerentes a cada parte dentro da instituição. Para ficar um pouco mais claro, o nosso departamento de operações tem uma agência vinculada, que tem independência para dar todo o assessoramento ao chefe do departamento de operações. Os grandes comandos têm agências de inteligência que dão suporte e atendem a cada comando dentro das suas necessidades. E o Centro de Inteligência, do qual eu era o chefe, coordena essas atividades. As agências têm contato com o Centro de Inteligência e conseguimos fazer esse intercâmbio. Agora, vou fazer um pequeno esclarecimento, porque acho interessante compartilhar com os senhores: qual é a relação do Centro de Inteligência da Polícia Militar com a Subsecretaria de Inteligência na SSP? A Subsecretaria de Inteligência coordena as ações de todas as agências de inteligências do DF, e também faz um *link* com a esfera federal. Então, nós, como Polícia Militar, como instituição, e como Centro de Inteligência, estamos vinculados à secretaria e nós somos coordenados pela secretaria. Todas as informações que o Centro de Inteligência reúne e entende que são de relevância são repassadas para a Subsecretaria de Inteligência, na Secretaria de Segurança Pública. É interessante deixar isso claro. Porém, a Subsecretaria de Inteligência não tem... O CI é independente, ele não depende da Subsecretaria de Inteligência para funcionar. Ele trabalha cuidando das questões relativas à Polícia Militar. Vamos falar um pouco sobre a minha competência. O chefe do Centro de Inteligência tem, como eu já falei, por força de regimento, a missão de assessorar – eu queria grifar essa palavra: assessorar – o comando da corporação nas tomadas de decisão. As informações que a inteligência levanta não são determinantes para as tomadas de decisão por parte dos decisores, em todos os seus níveis, desde o comandante-geral, o chefe do DOP, os comandantes de área. Então, eles se apoiam nas informações da inteligência, mas a gente sabe, até pela dinâmica da atividade policial, que eles têm outras informações, que eles podem obter essas outras informações dos próprios agentes ostensivos e também de outros órgãos e também de contato com as autoridades às quais eles estiverem subordinados. Então, eu queria frisar isto: a atividade de inteligência serve para subsidiar os decisores, os gestores da corporação, na tomada de decisão. Então, ela é mais uma ferramenta para auxiliar nesse processo. Eu já falei sobre isso... Vamos lá, então. Eu gostaria, deputado, se o senhor me permitir, de fazer uma cronologia em relação justamente aos assentamentos, ao dia 12 e ao dia 8, se o senhor me permitir.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor está aqui exatamente para esclarecer tudo o que levou a acontecer no dia 8 e no dia 12. O senhor está com a palavra para fazer essa cronologia.

REGINALDO LEITÃO – Bom, vamos em frente então. Como eu falei, eu assumi o CI em abril do ano passado e, salvo engano, em meados de junho, julho, começou um acampamento na frente do Setor Militar Urbano. De antemão, já houve um primeiro contato do Exército Brasileiro com a Secretaria de Segurança Pública em uma discussão em relação a de quem seria a competência daquela área – se seria uma área pública ou uma área sob a coordenação do Exército Brasileiro. Ficou definido que, por aquela área ser dentro do Setor Militar Urbano, o Exército Brasileiro garantiria a ordem naquela localidade. É muito importante fazer essa ressalva porque a gente tem ouvido... E aí eu queria aproveitar para esclarecer também um outro ponto que é em relação aos infiltrados. Essa palavra infiltrado, para o cidadão comum, dá a impressão de que a gente pode ficar acampado junto com os manifestantes, escondido ali junto com os manifestantes, acompanhando todas as ações. Na verdade, no universo da inteligência – como atividade de inteligência –, alguns órgãos têm essa competência; a Polícia Militar do Distrito Federal não tem essa competência, por quê? Eu vou explicar. O agente infiltrado necessita de uma determinação legal para cumprir esse trabalho de infiltração, ele tem que estar protegido por uma decisão judicial, até porque ele pode ser preso junto, eventualmente, dentro de uma situação que envolva algum tipo de crime, algum tipo de delito. Normalmente, as polícias judiciárias têm essa competência; a Polícia Militar do Distrito Federal não tem! Então, normalmente quando a gente fala de polícia no Brasil, a gente tende a colocar a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária, a Polícia Militar embaixo do mesmo escopo – e nós temos competências bem distintas. Porém, deputado, a gente tinha, sim, policiais da inteligência,

agentes de inteligência, nas áreas próximas, em volta, ao redor do Setor Militar Urbano e, eventualmente, a gente fazia, sim, aproximações dentro da área. A gente caminhava junto com os manifestantes, mas eu não tinha nenhum agente do CI infiltrado no acampamento. Nós precisávamos ter essa aproximação de vez em quando, porque nós acompanhávamos diariamente toda a movimentação, principalmente quando eles saíam de dentro do acampamento, porque o objetivo da Polícia Militar é não só garantir a questão do acampamento, que aquela manifestação fosse acompanhada, assistida, mas assistir também toda a comunidade do Distrito Federal. Então, a gente tinha que estar acompanhando se haveria fechamento de via, se algum *shopping* seria... teria movimentações de pessoas em *shopping*, em alguns setores da cidade que pudessem ser admoestados com eventuais manifestações mais graves. Então, a gente fazia o acompanhamento o tempo inteiro desse movimento dentro do acampamento. É interessante frisar também, em relação ao acampamento, que vários relatórios foram produzidos durante esse tempo. Então, desde o primeiro acampamento, desde a origem do acampamento até o dia 8, a Polícia Militar produziu documentos, mas a gente sabe também que outras agências de inteligência também acompanhavam aquele movimento, e todas as informações eram repassadas para os órgãos competentes que deveriam fazer o acompanhamento e, juntamente com os decisores, tomar uma decisão em relação ao que seria feito. E a Polícia Militar, por meio do Centro de Inteligência da Polícia Militar, nós assim o fizemos. Então, todas as informações que nós recolhemos ali, a gente repassou para quem deveria, para que providências fossem adotadas. Eu queria aproveitar, deputado, e fazer um outro esclarecimento que eu acho que é muito pertinente. Existe uma diferença entre investigação e a atividade inteligência – e isso tem que ficar muito claro também. A Polícia Militar, as polícias militares, através do Centro de Inteligência, elas não têm a competência de investigar. A investigação é uma ação das polícias judiciárias. Com isso, eu quero dizer: para eu poder dizer que uma pessoa fez ou não fez tal ação, tomou ou não tomou tal providência – e aí eu vou ser bem claro aqui –, patrocinou ou não patrocinou alguma coisa, isso precisa de uma investigação para fazer isso. Então, eu não tenho essas informações, mas os dados que nós coletamos e as informações foram repassadas para a Polícia Civil, para a Polícia Federal e para o STF, para que essas informações pudessem ser exploradas no sentido de a gente tentar identificar essas autorias. Então, é bem importante falar isso porque, às vezes, se entende que, por ser da atividade de inteligência, se sabe tudo. E não é assim. Cada agência de inteligência tem a sua competência, tem a sua área de ação. A atividade de inteligência, e aí eu vou ser bem rápido em finalizar, a atividade de inteligência, por exemplo, que a Abin faz é muito diferente da que o Centro de Inteligência da PM faz. A gente faz inteligência de segurança pública, a gente faz inteligência de policial militar. Mas aí a gente entra para um aspecto mais técnico, mas é só para deixar claro que existe essa diferenciação. Vamos lá... até mesmo porque, como não é da competência da Polícia Militar, a gente não tem, não dispõe nem de tecnologias, nem de meios para fazer esse tipo de investigação e a gente está sempre preocupado com o que vai acontecer no dia seguinte. É muito dinâmico esse processo. E aí eu aproveito, deputado, para esclarecer bem rapidamente também aqui um outro ponto que é importante. Na inteligência clássica, a gente tem os relatórios de inteligência, pedidos de inteligências, que são documentos que a gente fala... Relatório, parece que pode ser produzido em um dia. Um relatório de inteligência precisa de uma metodologia muito grande por trás para desenvolver um relatório. Então, o que temos observado – não só aqui no Distrito Federal, observamos isso no Capitólio, nos Estados Unidos; observamos isso, recentemente, agora, em Israel e na Palestina – é que as informações se processam muito rápido. Não dá tempo, às vezes, de se elaborar relatórios de inteligência. Então, a gente tem a inteligência clássica, é aquela em que podemos ser preditivo, quando sabemos das informações com muita antecedência, mas a gente também a inteligência corrente. A inteligência corrente é aquela inteligência em que a gente vai tentando juntar as informações o mais rápido possível e repassar para os tomadores de decisões para que tenham essas informações e possam adotar as medidas. O que aconteceu tanto no dia 12, quanto no dia 8, foi utilizado a inteligência corrente. A inteligência corrente a gente utiliza, infelizmente, deputado, o WhatsApp. Sei que isso já foi tratado em outras sessões aqui. Não deveria ser o WhatsApp, a gente deveria ter uma rede segura de informações. Mas, é fato, a gente utiliza o

WhatsApp. Na Polícia Militar, a gente tinha alguns grupos, que são administrados pelo Centro de Inteligência. Um deles é o Prioridade 01, que vou aproveitar para tratar dele aqui, agora. O grupo Prioridade 01 foi um grupo criado para levar ao Alto Comando da corporação... E para quem não acompanha essas sessões, o Alto Comando é formado pelo comandante-geral, o subcomandante-geral, o chefe de Estado Maior, por alguns chefes de departamentos, como, por exemplo, o Departamento de Correição, o Departamento Operacional, pelos grandes comandos, os comandos de áreas, que a gente tem no DF divididos em várias áreas. E no dia 8, especificamente, e inclusive no dia 12, nós tínhamos também comandantes de batalhão, porque a gente entendia que eles deveriam ter acesso rápido a essas informações. Todas as informações colocadas no grupo Prioridade 01 passavam por um analista antes, que são oficiais do Centro de Inteligência. Então eles pegavam essas informações, tratavam essas informações e colocavam no grupo Prioridade 01. Acredito que, com o celulares dos coronéis apreendidos, com certeza, essas informações já devem estar nos autos, do que estava contido nessas comunicações, principalmente no grupo Prioridade 01, que era o que atendia o comando da corporação. Ainda, então, para finalizar a parte dos acampamentos, deputado. O que a gente pôde observar é que, realmente, as lideranças eram difusas mesmo. A gente tinha ali grupos com diversos níveis – posso citar assim – de agressividade. Então, havia desde as pessoas que iam para rezar, efetivamente, e pessoas mais radicais. Isso a gente pôde contribuir com os demais órgãos – com a Polícia Federal, com a Polícia Civil –, ao longo desse período. Algumas prisões foram feitas, como a do próprio índio Serere. Esses informes eram compartilhados e repassados – eu friso isso. Foram passados antes, durante esses eventos e depois. Vamos lá então. Para finalizar a parte, deputado, dos acampamentos. Por umas 3 ou 4 vezes, houve uma tentativa do governo, do GDF, através da SSP e do Exército Brasileiro, de conversações no sentido de desativar aquele acampamento. A Polícia Militar ia como órgão de apoio para garantir a segurança dos outros profissionais que participariam dessa intervenção. Por algum motivo, realmente, não houve a retirada. Por motivos diversos, não houve a retirada desse acampamento, mas as informações em relação ao acampamento e àquela atividade foram repassadas para o comando da corporação, que, eventualmente, repassou isso para a Secretaria de Segurança. Em relação ao dia 12, se o senhor me permitir. Em relação ao dia 12, o Sipom, o sistema todo da inteligência da Polícia Militar, acompanhou, a todo momento, o movimento naquele dia. Naquele dia, só para relembrar aqui, a gente ia ter a posse do nosso presidente Lula. Ia ser um evento grande, que estava preocupando a gente, até porque... Só para lembrar...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não era a posse ainda. Era a diplomação.

REGINALDO LEITÃO – Isso, a diplomação – perdão –, a diplomação. A gente vivia um momento de muita polarização. Então, a Polícia Militar... nós tínhamos uma preocupação constante com a segurança da comunidade e com os apoiadores, inclusive, que viessem a participar daquele evento. Então, era um dia em que a gente estava realmente com o direcionamento da inteligência voltado para assessorar o comando nesses movimentos dentro da cidade. Nós fomos surpreendidos com a prisão do índio Serere, apesar de nós sabermos da possibilidade da prisão dele, porque, se a Polícia Militar, através do Centro de Inteligência, tivesse essa informação com antecipação, por parte da Polícia Federal, com certeza nós teríamos conseguido assessorar o comando da corporação para que ele adotasse medidas com antecedência também. Diante daquela situação, houve realmente um descontrole na área central e houve uma preocupação imensa, por parte da inteligência, de tentar buscar informações, subsidiar o comando, principalmente em áreas muito sensíveis na área central. A gente não pode esquecer que o presidente Lula estava hospedado no Meliá, que fica próximo da área central. Quem não conhece Brasília talvez não saiba. A gente estava preocupado também, quando a gente começou a ver aquela sessão rápida de ações violentas. Tivemos ônibus queimados, tivemos uma delegacia da Polícia Civil que foi atacada, e tudo em um espaço de tempo muito curto. Ou seja, a polícia estava nas suas atividades ordinárias, e a inteligência... Eu tive que tentar cobrir, falando aqui pela inteligência, os principais pontos, para a gente tentar obter alguma informação. É importante frisar que, nesses crimes de dano, deputado, contra o patrimônio, o dano já está feito. Se a gente conseguir identificar essas pessoas e repassar para os órgãos competentes, eles

possivelmente terão a possibilidade de realizar e garantir a prisão dessas pessoas. Eu sei que houve uma preocupação muito grande em relação a essas pessoas serem presas. Eu posso afirmar para o senhor que o Centro de Inteligência da Polícia Militar... todas as imagens e todas as filmagens que nós conseguimos captar nesse dia foram repassadas para a Polícia Federal e para a Polícia Civil do Distrito Federal, para que essas pessoas fossem presas e fossem identificadas. Infelizmente, nós não conseguimos prender ninguém no dia, mas as informações foram repassadas para os órgãos que teriam essa competência. Então, o trabalho da inteligência foi feito. Nós nos posicionamos, pegamos as informações e produzimos informação para ajudar no fato posterior ao evento, inclusive – durante e depois do evento. Em relação ao dia 8, eu queria deixar claro aqui que eu estava de férias, a partir de dezembro, e retornei no dia 6 de janeiro. Por que isso aconteceu? Há uma determinação, dentro da Polícia Militar, por uma orientação dos órgãos de controle, a Controladoria e o Tribunal de Contas, de que nós devemos entrar de férias durante o ano letivo. Logicamente que, como chefe do centro, eu estava preocupado, sim, com a posse, no dia 1º; eu estava preocupado principalmente com a posse no dia 1º, porque a gente nem sabia que ia ter o fato do dia 8. A gente não sabia disso. E eu fui compulsoriamente obrigado a entrar de férias, retornando no dia 6. Então, eu fui tomar conhecimento, efetivamente, das providências que tinham sido adotadas até aquele momento a partir do dia 7, no sábado. Foi quando eu comecei a me inteirar do que havia sido produzido pelo centro, de como é que estava a situação em relação ao DF, nesse período. Se o senhor me permitir, vou tentar fazer aqui também, rapidamente, um repasse. Todos nós estávamos preocupados com o dia 1º e graças a Deus ele transcorreu de uma maneira tranquila. Tínhamos informação também... muitas *fake news* nesse período. A gente tinha informação de que o presidente tinha *flyers* dizendo que o presidente Lula não iria subir a rampa e isso não aconteceu. Graças a Deus a gente conseguiu assessorar os nossos comandos. Eu acho que todos os órgãos conseguiram, através da inteligência, assessorar e tivemos sucesso no dia 1º. A partir do dia 1º, começou um esvaziamento do acampamento, chegando ali, pelos nossos relatórios, em dados momentos, a ter 150 pessoas no acampamento. Um acampamento que tinha em torno de 1.000, 2.000 pessoas, esvaziou totalmente no dia após – aí, sim – a posse do nosso presidente. O que a gente pôde observar, então, foi esse esvaziamento, em cerca de 150 pessoas. Se eu não me engano, no dia 3, que foi uma terça-feira, os nossos analistas, no Centro de Inteligência, começaram a verificar os primeiros *flyers,* falando sobre a tomada do poder. Então, a polícia tinha essa informação. A partir daí, a gente começa a coletar dados e informações para saber... Como a gente tinha muitas *fake news*, a gente precisa cruzar as informações com outros dados para ver se essas informações realmente são reais. No dia 4, na quarta-feira, a Polícia Militar do Distrito Federal, por meio do Centro de Inteligência, manteve contato com colaboradores na ANTT, a Agência Nacional de Transportes. A Agência Nacional de Transportes não tem agentes de inteligência, nós temos colaboradores lá dentro. E eles começaram, então, a informar a gente em relação a se viriam ou não caravanas para cá. Eu lembro que teve uma reportagem nessa semana que disse que viriam para cá 10 mil ônibus. Foram 132 ônibus. É importante destacar que, até quinta-feira, a gente não tinha informação da Agência Nacional de Transportes sobre a vinda de veículos para o DF com esse intuito. A partir de sexta-feira, depois da 1 hora da tarde, é que começamos a receber informações de ônibus vindo para o DF. Os ônibus começaram a chegar na madrugada de sexta. Não sabíamos da quantidade de 132 ônibus até então. Eles foram chegando aos poucos e essas informações iam sendo repassadas a todo momento para o comando da corporação. Para o Dope, para o comando do CPR, para o comandante-geral, essas informações eram passadas. No sábado, pela manhã – e, aí, eu entro agora no dia 7 –, havia chegado em torno de 20 ônibus. Ao longo do dia, até o final do sábado, chegaram em torno de 80 ônibus, 90 ônibus no DF. Só que nós já começamos a ver ali um movimento diferente dos outros que havia tido, até então, em relação às manifestações. Pela manhã, no sábado, houve uma primeira tentativa de enfrentamento dos manifestantes com o Exército Brasileiro. O Exército tinha proibido os ônibus de acessarem o SMU e alguns manifestantes queriam parar os ônibus dentro do SMU. O Exército posicionou 2 ônibus do Exército para fechar a via e a Polícia Militar teve que apoiar também para que não houvesse um enfrentamento, um confronto. Ali, a gente começou a perceber um movimento diferente daqueles manifestantes. A gente não tinha ainda maiores dados do que poderia

vir no dia seguinte, mas já tínhamos esse indicativo. Ao longo do dia, foi possível... e isso eu queria deixar frisado também, no grupo Prioridade nós tivemos mais de mil postagens entre o dia 7 e o dia 8, no grupo Prioridade 01. Oitocentas e trinta e sete postagens vieram do CI falando detalhadamente sobre as coisas que estavam acontecendo no acampamento. Eu posso afirmar para o senhor isso. Ao longo do dia, foram verificadas falas de pessoas com sentido mais agressivo, e isso também chamou a atenção. No final do dia, houve uma tentativa de interrupção do trânsito na via S1, que é o Eixo Monumental, e o nosso Batalhão de Trânsito teve que fazer intervenção para garantir o fluxo e a fluidez do trânsito na cidade. E isso também não era um fato muito comum em outros eventos que tiveram na área central. O dia finalizou até de uma maneira tranquila. E aí eu vou para o dia 8. No dia 8, então, pela manhã, estava uma situação tranquila, mas, a partir de umas 10, 10 e meia da manhã, por meio da inteligência e dos nossos agentes do Sipom que estavam no terreno, nós começamos a identificar um movimento mais agressivo, vamos dizer assim. A gente começou a ver pequenos grupos, dentro dos manifestantes, com um discurso mais agressivo. Nós ainda tínhamos lá pessoas com um tom que não era de agressividade, nós tínhamos familiares, tínhamos pessoas que não apresentavam um clima hostil, mas a inteligência, os nossos agentes começaram a identificar pessoas com um comportamento diferente. Eu lembro que o deslocamento dos manifestantes para a área central começou a partir de 1 hora da tarde. Logo após esse início de deslocamento, a inteligência da Polícia Militar identificou manifestantes trajando roupas de uniformes camuflados, mochilas, e aí a gente repassou isso para os nossos policiais que estavam no policiamento, e ali a gente começou a efetuar as primeiras prisões. Pessoas com HT, com bola de gude, com máquinas de eletrochoque, com gás de pimenta, mostrando para a gente que a situação realmente poderia passar para um outro nível. Na sequência, antes da invasão ainda, o próprio efetivo do Batalhão de Trânsito prendeu mais manifestantes com esse mesmo perfil próximo à rodoviária. A partir daí, já tinha... Todas essas informações que estou passando para o senhor, tudo isso já está no grupo Prioridade 01, tudo isso já está nos autos. Eu imagino que a própria PGR, quando fez o seu documento, e a decisão do STF foi calcada nessas informações que foram pegas nesses celulares. Então, ali ficou bem claro que a gente estava acompanhando, a inteligência estava acompanhando o que estava acontecendo e estava repassando essas informações para que os decisores tomassem as decisões. Eu queria deixar claro que não me cabe fazer qualquer tipo de análise ou julgamento em relação às tomadas de decisão que foram feitas no dia. Como coronel chefe do Centro de Inteligência da Polícia Militar, eu estava ali para garantir o assessoramento do meu comandante e dos coronéis chefes dos departamentos e dos grandes comandos, e isso foi feito. Essa informação foi passada para assessorar o comando na tomada de decisão. Eu acredito que eu tenha finalizado. Se o senhor me permitir, só vejo aqui se tem mais algum ponto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim. (Pausa.)

REGINALDO LEITÃO – Após o rompimento da linha, eu determinei aos meus oficiais no Centro de Inteligência que nós nos reuníssemos no Centro de Inteligência. Eu lembro que nós estávamos de sobreaviso nesse dia, mas eu já estava acompanhando, desde que eu cheguei, no dia 7, principalmente, o grupo Prioridade 01. Foi falado de um outro grupo na Secretaria de Segurança, o Siisp, do qual a SI era a administradora. Eu realmente fiz parte desse grupo, o Siisp, da secretaria, mas eu estava muito mais focado no Prioridade 01, porque o grupo Siisp da Secretaria de Segurança estava sendo subsidiado por um outro grupo que a Secretaria de Segurança criou com analistas da Polícia Militar. E os meus analistas, eu posso garantir para o senhor que todas as informações que tinha no grupo Prioridade 01 tinha no grupo da Secretaria de Segurança. Essas informações eram difundidas para os 2 grupos. Após o rompimento, então, e eu determinar para os meus oficiais que começassem a buscar todas as informações que viessem a subsidiar o pós-evento, porque aquela infelicidade já tinha acontecido, eu fui chamado pelo coronel Klepter para ir para a Secretaria de Segurança Pública, porque o interventor estaria se deslocando para a Secretaria de Segurança Pública para começar a fazer o seu trabalho à frente da segurança pública do DF. Eu queria finalizar, deputado, falando exatamente isto: é lamentável o que aconteceu no dia 8. Foi dito em determinado momento que tinha havido um apagão na inteligência. Esse apagão não houve. Agora, nós já temos

10 meses que se passou esse evento. Ele já compõe algumas peças que foram produzidas pela PGR e pelo STF. Nós ficamos muito tristes, enquanto Polícia Militar, pelo que aconteceu no dia 8, mas a inteligência da Polícia Militar trabalhou e trabalhou efetivamente. Eu queria, inclusive, agradecer a todos os integrantes do Centro de Inteligência e do Sipom, que fizeram com muito esmero o seu trabalho, atuaram subsidiando cada comandante para que eles tivessem essas informações em tempo hábil e pudessem adotar as medidas que eles achassem cabíveis. E, a partir de agora, me coloco à disposição dos senhores para as perguntas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, coronel. Eu vou começar fazendo-lhe uma pergunta dentro do que o senhor acaba de falar.

O senhor tem 30 anos de Polícia Militar do Distrito Federal e acompanhou muitas manifestações aqui. O deputado Hermeto, nosso relator, foi policial militar, hoje é militar da reserva, e também acompanhou muitas manifestações. O senhor falou de máquinas de eletrochoque. O senhor tem conhecimento de outra manifestação em que tenha havido gente portando máquina de eletrochoque?

REGINALDO LEITÃO – Não, senhor. Assim, o que a gente já teve... eu ouço falar. Aproveitando a pergunta do senhor, eu ouço falar aqui que foi a primeira vez que houve uma ação dessas na área central. Eu queria lembrar historicamente que nós já tivemos, não invasão interna do Congresso, mas nós já tivemos manifestantes, se eu não me engano em 2017, que chegaram a ter acesso e subir em cima do Congresso Nacional.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas não com máquina de eletrochoque.

REGINALDO LEITÃO – Não, não, não. Com máquina de eletrochoque, não. E também, num outro momento, houve uma invasão do Itamaraty, em que lançaram coquetel *molotov* nas cortinas do Itamaraty, e ele pegou fogo. Mas, realmente, com máquina de eletrochoque, foi a primeira vez.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Para o leigo que está nos acompanhando pela TV Câmara Distrital, eu queira que o senhor explicasse que efeitos a máquina de eletrochoque produz.

REGINALDO LEITÃO – Ela é um equipamento justamente para tentar neutralizar a ação de qualquer pessoa que se aproxime de quem está portando esse artefato. É um artefato de menor potencial ofensivo, mas que ele para a ação de quem receber essa carga de choque.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É uma arma!

REGINALDO LEITÃO – É uma arma, é uma arma.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sendo assim, o senhor está afirmando que alguns dos manifestantes estavam armados.

REGINALDO LEITÃO – Sim, não só com essa arma de eletrochoque, mas também com outro equipamento que acho muito mais lesivo, que é bola de gude e estilingue. Inclusive, era uma preocupação nossa – cabe eu ressaltar –, a todo tempo, orientando o efetivo que estava na ponta, o efetivo do ostensivo, porque durante... Quem não é de Brasília não sabe, mas, do SMU até a área central, é uma caminhada longa. Nós tínhamos essa preocupação de esses artefatos serem utilizados para atingir pessoas que estavam transitando na rua naquele momento. Foram também encontradas bolinhas de gude e estilingue com esses manifestantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Reginaldo Leitão, o senhor foi diretor do Centro de Inteligência da Polícia Militar desde quando? O senhor estava no comando do Centro de Inteligência da PM nos eventos do dia 12 de dezembro de 2022, na ocasião da posse do presidente Lula e também na data do dia 8 de janeiro de 2023?

REGINALDO LEITÃO – Sim, senhor. Como eu falei, eu estava desde abril de 2022 até setembro agora. Dessa forma, eu acompanhei o antes, o durante e o depois desses eventos e pude subsidiar tanto a CPI, a CPMI e o STF, com as informações relativas a esses eventos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor participou da reunião na qual foi confeccionado o PAI referente às ações para reprimir as manifestações antidemocráticas que estavam marcadas para o dia 8 de janeiro de 2023? O que ficou acordado no tal PAI? Quem da Polícia Militar do Distrito Federal participou da reunião? Qual seria o efetivo empregado pela Polícia Militar do DF?

REGINALDO LEITÃO – Eu não participei dessa reunião. Como eu falei para o senhor, eu estava de férias até o dia 6. A informação que nós tivemos depois e que eu posso reforçar para o senhor aqui é que essa reunião foi uma reunião operacional. Então, possivelmente, salvo engano, quem estava nessa reunião era o coronel Casimiro, salvo engano, acompanhado de alguns oficiais sob seu comando. Não tenho informações em relação à última parte que o senhor falou, em relação a efetivo que ia ser empregado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor acredita que a inteligência da Secretaria de Segurança Pública errou em estimar a gravidade de tais manifestações, ou o erro foi do DOP da Polícia Militar do Distrito Federal? No dia 7 de janeiro de 2023, diante da chegada de ônibus com manifestantes a esta capital, vindos de toda parte do Brasil, quais informes de inteligência que a Polícia Militar recebeu? Sua diretoria estava monitorando os movimentos em tempo real?

REGINALDO LEITÃO – Sim, senhor. Então, eu vou responder de trás para frente a pergunta do senhor. Nós estávamos monitorando a todo tempo. Eu acredito, deputado, que, como eu narrei aqui, a evolução desse evento fugiu aos padrões. No dia 6, pela manhã, foi feita essa reunião na secretaria. Eu afirmei aqui que a gente começou a receber que os ônibus chegariam a partir da 1 hora da tarde do dia 6, e a situação foi evoluindo gradativamente, o que exigia da gente esse repasse de informações para os nossos gestores. Eu acho que tanto a SI quanto a inteligência da Polícia Militar cumpriram esse papel de passar as informações no tempo em que chegavam. Eu posso falar pela PM e pelo Centro de Inteligência: as informações que nós acompanhamos nós repassamos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor planejou ou auxiliou o comandante da Polícia Militar para as execuções de alguma ação para a retirada dos acampados em frente ao quartel antes do dia 8 de janeiro de 2023? Por que aquele acampamento não foi desmontado antes, já que ali existia um covil de marginais? Inclusive, eles já haviam realizado atos violentos e depredações no dia 12 de dezembro de 2022 nesta capital. Também foi naquele acampamento que nasceu o plano de explodir o aeroporto de Brasília. Quais informações de inteligência foram levantadas sobre aquele acampamento pela Polícia Militar?

REGINALDO LEITÃO – Bom, vou começar pelo começo da pergunta do senhor. É importante destacar mais uma vez: o Centro de Inteligência assessora o comando da Polícia Militar, assessora os departamentos; ele não participa do planejamento estratégico que é desenvolvido a partir daí. Ele não participa. Então, a gente dá as informações e os setores elaboram o planejamento. Eu lembro, sim, que nós assessoramos o comando da corporação – na época, então, o coronel Fábio – e o chefe do DOP, que era o coronel Naime, nas questões relativas ao acampamento em frente ao Setor Militar Urbano. Nós tínhamos uma preocupação, a Polícia Militar tinha uma preocupação em relação a esse acampamento. Não sei falar para o senhor, não tenho essa informação, não tive acesso a essa informação do porquê não se logrou êxito para a desativação desse acampamento, mas essas informações foram repassadas, sim, para que o operacional da Polícia Militar fizesse seus planejamentos e para que a Secretaria de Segurança Pública, por meio do secretário e dos seus atores, fizesse essa gestão, no sentido de tentar tirar o acampamento da frente do... Se o senhor puder repetir o final, não me recordo agora do que o senhor falou na parte final.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Também foi naquele acampamento que nasceu o plano de explodir o aeroporto de Brasília. Quais informações de inteligência foram levantadas sobre aquele acampamento pela polícia?

REGINALDO LEITÃO – Isso, nós vínhamos acompanhando o tempo inteiro. Todas as informações que foram coletadas em relação a essa questão da explosão foram, no momento

oportuno, repassadas à Polícia Civil e à Polícia Federal também. Existem, sim, peças que foram compartilhadas com a Polícia Civil e com a Polícia Federal a respeito dessa explosão – dessa possibilidade de explosão, perdão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Reginaldo Leitão, houve monitoramento por parte do Centro de Inteligência da Polícia Militar da chegada de manifestantes à capital federal a partir do dia 6 de janeiro de 2023? Houve monitoramento do acampamento em frente ao quartel-general nesses dias? E, mais, houve acompanhamento dinâmico da evolução do movimento? Se houve, por que o comando da Polícia Militar não agiu rápido junto às demais forças de segurança para conter os manifestantes?

REGINALDO LEITÃO – Deputado, houve acompanhamento. Como eu falei, quem começou... Inclusive, a agência que teve a iniciativa de manter contato com a ANTT foi o Centro de Inteligência. A partir do momento que esses ônibus iam chegando... Quero, inclusive, destacar um outro ponto também importante: as placas dos ônibus e a quantidade de pessoas que estão nos autos foram repassadas para todos os órgãos pela Polícia Militar do Distrito Federal. Os ônibus, a partir do momento que eles entravam no DF... E outra, alguns ônibus que a ANTT passou para a gente não chegaram ao DF. E nós monitoramos ônibus que vieram fora da lista da ANTT. E todas essas placas, elas estão nos autos. Já estão com os senhores essas informações. Então, todas essas informações, como eu falei, elas foram sendo repassadas para o comando. E o comando, eu acredito que tenha ido adotando as medidas a partir do momento em que elas iam chegando. Eu destaco aqui que, do dia 6 para o dia 8, houve um movimento muito abrupto que exigiu uma tomada de decisão muito rápida por parte da Polícia Militar, e a cada hora ela ia alterando. Então, o que nós vimos e que chama a atenção de todos no dia 8, na invasão... ele não reflete as horas que antecederam, como eu acho que fui bem claro aqui na hora em que eu narrei: a gente realmente percebia uma agressividade crescente, mas a gente não tinha noção – se o senhor me permitir, eu vou utilizar esta expressão – da desgraça que aconteceu no dia 8, com a invasão da área central. O que nos deixa muito triste.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Essa informação que o senhor traz de a Polícia Militar ter levantado as placas foi muito importante, porque, efetivamente, foi repassado para a CPI. E nós fomos além, nós já identificamos os proprietários. Já identificamos quem contratou os ônibus, já identificamos quem pagou. E todos, certamente, serão indiciados, porque eles não vieram aqui a passeio. Não vieram brincar. Eles tinham um propósito, que era o propósito da tomada do poder, conforme estava nas publicações feitas por eles nas redes sociais. Portanto, quero agradecer ao senhor, porque a inteligência da Polícia Militar contribuiu muito para que aconteça esse desfecho que a CPI terá aqui no dia em que apresentarmos o relatório.

Coronel Reginaldo Leitão, foi veiculado na mídia em geral que, no dia 7 de janeiro de 2023, o coronel Jorge Pinto enviou diversas mensagens no grupo de WhatsApp chamado de Difusão – SSP/DF, alertando o tensionamento dos ânimos dos manifestantes. O senhor estava nesse grupo ou no grupo perímetro policial? O senhor teve acesso a esses informes repassados pelo coronel Jorge Pinto a integrantes da Secretaria de Segurança Pública do DF? Quais foram as medidas adotadas pela Polícia Militar diante desses informes de inteligência?

REGINALDO LEITÃO – Não, senhor. Eu não fazia parte de nenhum desses dois grupos. Nem do Difusão, nem do Perímetro de Segurança.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

Coronel Reginaldo Leitão, havia comunicação entre a Subsecretaria de Inteligência e o Centro de Inteligência da Polícia Militar do DF? Quem era o responsável por lhe repassar essas informações para a tomada de decisões?

REGINALDO LEITÃO – Se o senhor me permitir, até por força da Dnisp, eu pretendo não dar nomes de agentes, até para não expô-los, mas eu tinha um oficial, normalmente eram os nossos oficiais do Centro de Inteligência que faziam essa interlocução, eram os pontos focais. Eu tinha um

oficial, um analista meu, na célula de inteligência que foi ativada. É importante dizer isto também: a célula de inteligência da Secretaria de Segurança foi ativada na noite do dia 7. Eu fui colocado em um grupo estratégico, eu tinha um policial meu, um oficial, acompanhando o grupo de analistas. Todas as informações eram repassadas tanto para a Polícia Militar quanto para a secretaria, por meio desse analista, que era o ponto focal entre a Secretaria de Segurança e a PMDF.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Reginaldo Leitão, a Polícia Militar falhou no dia 8 de janeiro de 2023? O efetivo não foi suficiente? Quantos homens deveriam ter sido empregados no dia 8 de janeiro de 2023? Quem autorizou a tropa a ficar de sobreaviso? Isso foi um erro? Qual a função do DOP da Polícia Militar do DF? Quem seria o responsável pela escala dos policiais para cumprir o PAI, o comandante da CPR-1, o comandante do DOP, o subcomandante ou o comandante-geral?

REGINALDO LEITÃO – Essa é a pergunta que eu esperei o ano inteiro para responder porque ela é muito delicada. Vamos lá. A atividade da Polícia Militar é uma atividade de risco. Quando a gente entra na Polícia Militar, desde uma ação individual do policial, até uma ação coletiva como essa, de um grande evento, é uma atividade de risco. Quando a gente entra na polícia, a gente sabe que em qualquer ocorrência que a gente se envolva, sair da qualidade de condutor da ocorrência e passar para réu é uma verdade que nos acompanha ao longo dos nossos 30 anos de serviço. Eu conheço todos os oficiais que estavam à frente naquele dia, eu confio em todos eles. Eu acho que são pessoas excepcionais. Se estavam exercendo as funções que estavam no dia é porque tinham competência para isso. Eu acredito que as informações, deputado, como eu falei, foram repassadas. Como a gente pôde observar, elas foram sendo repassadas e a situação foi evoluindo muito rápido. Não tem como dizer que não houve falha da Polícia Militar, porque houve. Houve o rompimento das nossas fileiras. Não vou entrar também aqui na discussão se os outros prédios deveriam ter ou não deveriam, acho que isso já foi extremamente debatido aqui. Mas as informações foram passadas. Eu acho que cabe à nossa instituição continuar valorizando o seu efetivo, homens que são muito bem formados. Ressalto que, após a invasão dos prédios, quem retomou a ordem foi a Polícia Militar, quem efetivou prisões foi a Polícia Militar e quem levantou informações – eu volto novamente aqui para o Centro de Inteligência –, quem continuou trabalhando para levantar informações para apoiar os demais órgãos, a Polícia Federal, o STF, a Polícia Civil do DF, para investigar esses fatos, foi a Polícia Militar através do Centro de Inteligência. Então, eu acredito que sim, que houve uma falha nossa e essa falha tem que ser estudada. Caberá aos próximos gestores da Polícia Militar identificar o que aconteceu, quais os erros que nós cometemos de posicionamento de tropa, de efetivação de tropa, para que isso não se repita. O nosso papel aqui ao longo dos nossos 30 anos de carreira foi sempre defender a comunidade do Distrito Federal. Eu não acredito que tenha nenhum policial militar na PMDF que hoje, ainda, não se sinta triste com o que aconteceu no dia 8.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, coronel Reginaldo Leitão.

Concedo a palavra ao relator, deputado Hermeto, pelo tempo que achar necessário. É assim que funciona.

DEPUTADO HERMETO – Bom dia, coronel.

REGINALDO LEITÃO – Bom dia, deputado.

DEPUTADO HERMETO – Conheço o coronel Reginaldo – faço questão de frisar isso – há uns 30 anos, não é, coronel? Quando nos encontramos, o senhor era aspirante, e eu era soldado. O senhor havia acabado de sair da academia. Trabalhamos juntos muitos anos e depois nos encontramos no 1º batalhão, onde trabalhamos juntos na Asa Sul. Conheço o senhor e sei do trabalho que o senhor desenvolve dentro da corporação e também sei da sua seriedade.

Por isso, eu queria, antes de fazer umas perguntas, dizer algumas coisas. Coronel, eu acredito firmemente na importância, na confiança e na integridade de nossa Polícia Militar do Distrito Federal. A instituição desempenha um papel crucial na proteção da sociedade e na manutenção da ordem pública. Contudo, recentes eventos envolvendo a prisão de coronéis têm suscitado dúvidas e

preocupação sobre a imparcialidade da nossa corporação. Embora reconheça que erros podem ocorrer, é essencial garantir que qualquer processo legal seja conduzido de forma justa e transparente. Acredito que o fato de a maioria dos coronéis presos por estarem enfrentando uma situação desproporcional ressalta a necessidade de uma análise criteriosa e minuciosa dos fatos, considerando todas as evidências e testemunhos de forma imparcial.

Como cidadão preocupado com a segurança pública, defendo a importância de uma polícia confiável e responsável. Devemos apoiar investigações rigorosas, porém justas, que sejam capazes de esclarecer os acontecimentos de forma transparente sem o viés político e em conformidade com os princípios legais. Isso não apenas assegura a justiça para os envolvidos, mas também reserva a integralidade e a confiança da comunidade na nossa instituição policial.

É fundamental que a Polícia Militar do Distrito Federal seja uma força que inspire confiança, agindo com transparência, responsabilidade e respeito aos direitos individuais. Somente assim, poderemos construir uma sociedade mais segura e justa para todos.

Diante disso, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade, não para questioná-lo sobre os fatos, pois farei isso depois – vez que, após meses de investigação, análise de diversos documentos e depoimentos, já formei as minhas convicções a respeito do ocorrido no dia 8 de janeiro e, posteriormente, no dia 29, estaremos aqui lendo o relatório e mostrando todo o processo feito –, em vez disso, coronel, peço que o senhor faça um testemunho e fale, como policial militar, sobre todas as ações e o que o senhor tem visto. Antes de eu entrar nas minhas perguntas, o senhor pode falar o que pensa – não só como oficial – de toda a nossa instituição, que hoje sangra.

A nossa corporação sangra. Tenho certeza e convicção de que o nosso relatório, coronel, que será apresentado no dia 29, não vai fazer ilações nem vai dizer frases como: "Ouvi falar". "Havia um *print* ou havia isso ou aquilo". "O que fulano disse". Não! O nosso relatório, coronel, vai dizer, por a mais b, o que realmente aconteceu. Eu não vou me levar pelo oba-oba porque fulano disse uma coisa, sicrano disse outra, a imprensa disse isso, e o outro, aquilo. Não! No relatório, vai constar o indiciado e por que ele o foi: se ele foi negligente... Enfim, vai estar lá escrito. Eu tenho certeza de que esse relatório, com fé em Deus, será instrumento de justiça para a nossa corporação, para Brasília e para todos os que foram envolvidos. Não só para a Polícia Militar, mas para todos.

Em nenhum momento, esse relatório tem sido feito, deputado Pastor Daniel de Castro, com fígado, com vingança ou com qualquer outra coisa. Ele tem sido feito com tranquilidade e com a técnica das pessoas que me assessoram. Ontem mesmo eu fiquei até tarde da noite lendo e estudando com o delegado que está me assessorando. Eu tenho me encontrado com ele quase todos os dias. Eu tenho certeza, deputado Thiago Manzoni, de que nós vamos fazer um relatório à altura. Não baseado no que ouvi falar, porque eu disse isso ou porque fulano falou. Não! O senhor, que é da área de Direito, sabe disso. Esse relatório será feito com fatos e argumentos, tudo escrito e comprovado.

Eu quis fazer essa colocação, coronel. Há mais alguma coisa que o senhor queira falar da corporação em relação a isso?

REGINALDO LEITÃO – Deputado, eu vou ser breve. Eu só quero dizer que a gente está na função de chefe de inteligência assessorando o comando da corporação. A gente procurou fazer isso com o maior zelo possível. Eu posso dizer que, ao longo desses 30 anos, nós construímos uma corporação forte com policiais muito bem treinados. A gente verifica que, durante as ações do dia 8, mais uma vez, eu friso aqui, prisões foram feitas de acordo com os direitos humanos. Pelo que eu saiba, não tivemos pessoas lesionadas e feridas. A gente tentou, com a sabedoria que nós temos, nas ações na área central, utilizar da nossa força necessária para nos recompor e retomar a ordem. É isso. Eu não tenho muito mais o que falar. Eu não posso fazer nenhum juízo de valor em relação ao que foi definido, operacionalmente falando. Mas eu tenho certeza – como o senhor me permitiu falar pela Polícia Militar – de que, do soldado mais moderno ao coronel mais antigo hoje na corporação, todos nós temos muito orgulho do trabalho que a gente tem desenvolvido no Distrito Federal. A

gente sempre permitiu e sempre vai permitir que manifestações sejam realizadas de maneira ordeira. E, se isso for quebrado, a gente vai agir para tentar retomar a ordem. Então, acho que é isso que tem no coração do soldado ao coronel da Polícia Militar. É assim que eu vejo, pelo menos.

DEPUTADO HERMETO – Coronel, o senhor conhece os coronéis Fábio, Klepter, Naime, Paulo José e Casimiro, certo? São da sua turma, né?

REGINALDO LEITÃO – Não, só o Fábio, o Klepter, o Naime e o Sousa, que é o...

DEPUTADO HERMETO – Casimiro?

REGINALDO LEITÃO – Não, não.

DEPUTADO HERMETO – O Casimiro é mais antigo?

REGINALDO LEITÃO – Paulo José. Paulo José é da minha turma.

DEPUTADO HERMETO – O Casimiro é mais moderno. É de outra turma.

REGINALDO LEITÃO – O Casimiro é mais moderno.

DEPUTADO HERMETO – Então quase todos são da sua turma?

REGINALDO LEITÃO – Sim.

DEPUTADO HERMETO – O senhor acredita que esses militares representam adequadamente a Polícia Militar do Distrito Federal?

REGINALDO LEITÃO – É, eu já falei isso, não é?

DEPUTADO HERMETO – Pode repetir?

REGINALDO LEITÃO – Sim, sim.

DEPUTADO HERMETO – Acredita que, ao longo de suas carreiras, esses militares contribuíram para a proteção da sociedade do Distrito Federal?

REGINALDO LEITÃO – Sim.

DEPUTADO HERMETO – No que diz respeito aos eventos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, o senhor acredita, assim como tem sido defendido por muitos, que os coronéis Fábio, Klepter, Naime, Paulo José e Casimiro agiram intencionalmente para que o triste episódio na Praça dos Três Poderes acontecesse, segundo o relatório da P

REGINALDO LEITÃO – Eu, particularmente, não acredito.

DEPUTADO HERMETO – O senhor acredita que, por convicção política, esses militares deixariam de cumprir com suas atribuições?

REGINALDO LEITÃO – Deputado, nessa pergunta, eu acho que cada um vai ter que responder individualmente, cada um dos meus colegas vai ter que responder individualmente.

DEPUTADO HERMETO – Mas eu respondo por mim e por muitos que eu conheço dentro da corporação. Como eu já disse diversas vezes aqui, podemos ter nossas preferências políticas, mas, quando envergamos a farda e vamos para um evento que tem o a, o b, o vermelho, o amarelo, o azul, o policial militar jamais tem as suas preferências. Na minha convicção, de tantas manifestações de que participei, desde o *impeachment* do Fernando Collor, quando o senhor não era nem policial ainda, até o da Dilma, de que eu participei, em que foi colocado um muro de proteção onde estavam os vermelhos e estavam os outros, ali os policiais tinham as suas preferências, mas, em nenhum momento, eu vi, de um soldado a um subtenente, a um oficial, alguém dizer assim: "Eu vou deixar de fazer isso porque vou ajudar fulano".

Não acredito que o policial militar faça isso. Pelo que eu conheço, por 30 anos que fiquei dentro da corporação, podemos ter a nossa preferência, mas agimos como polícia de Estado e não de governo. Então, essa pergunta eu respondo.

Terceiro, coronel. Durante os seus anos de serviço na PMDF, o senhor vivenciou diferentes governos. Alguma vez presenciou a Polícia Militar do Distrito Federal agir de maneira democrática, que não refletisse a situação de uma força de Estado? Ou seja, nós passamos por diversos governos, como eu disse agora, o senhor já viu, em algum momento, um policial deixar de agir por causa de governo a, b ou c?

REGINALDO LEITÃO – Não, senhor, deputado.

DEPUTADO HERMETO – A Polícia Militar, por anos, tem prestado um serviço de excelência para Brasília, combatendo diuturnamente o crime, trazendo segurança e tranquilidade para os moradores do Distrito Federal. Eu conheço a polícia, a PMDF sempre foi a melhor polícia militar do Brasil, uma das melhores. Não sempre a melhor, mas uma das melhores, inclusive no que diz respeito aos direitos humanos. A instituição é séria, competente, atuante, comprometida, proativa e nunca se eximiu de qualquer missão que lhe fosse dada.

Mas agora eu sinto uma polícia envergonhada, acuada, porque resumiram a sua história de brilhantismo e excelência a um único dia de dificuldade. A um único dia.

O senhor conseguiria me passar os sentimentos que vivem a tropa hoje? O que o senhor sente?

REGINALDO LEITÃO – Deputado, eu acho que somos policiais, não é? Somos forjados para lidar com situações difíceis. A gente sabe que boa parte da nossa tropa tem sofrido com depressão, com alguns problemas. Inclusive, esse que vos fala. Eu estava conversando agora com o deputado que estou afastado da Polícia Militar com problemas psiquiátricos e psicológicos, mas eu tenho um laudo que me garante estar aqui com os senhores hoje compartilhando essa informação. Dessa forma, deputado, eu acho que a nossa instituição é muito maior do que qualquer um de nós, não é? Os nossos policiais têm a capacidade e a força de entender que a gente é passível de passar por isso, inclusive outras vezes. A gente vai ter que estar sempre buscando a superação. A gente vai ter que sempre buscar ser pessoas melhores, identificar as nossas falhas, os nossos erros e continuar sendo essa polícia que é referência. Eu acho que muitos manifestantes vêm de outros estados para cá e podem aferir isso que a gente está falando, não é? Que a Polícia Militar está ali para garantir a liberdade de manifestação e a democracia no nosso país. A gente é a polícia da capital e tem esse compromisso de garantir que esses eventos sejam feitos com segurança.

DEPUTADO HERMETO – Continuando a pergunta. Existe dentro, o senhor sente, da corporação, algum sentimento de injustiça com relação à prisão dos policiais que estão presos hoje?

REGINALDO LEITÃO – Eu imagino que sim.

DEPUTADO HERMETO – Tenho mais duas perguntas.

Coronel, entre os alertas e inteligências produzidos, as informações foram passadas por um militar, no caso um coronel, com vasta experiência em manifestações populares: que estava acompanhando de perto as manifestações e que os planejamentos estavam adequados e que a mensuração de recursos humanos era suficiente. Coronel este que também tinha conhecimento de todos os alertas de inteligência produzidos pela Polícia Militar. Era crível aceitar que o comandante e o subcomandante acreditassem nesse coronel? No caso, o senhor?

REGINALDO LEITÃO – Perdão. Eu não entendi.

DEPUTADO HERMETO – De todos os alertas. De todos...

REGINALDO LEITÃO – Sim.

DEPUTADO HERMETO – O comandante e o subcomandante tinham que acreditar nisso aí?

REGINALDO LEITÃO – Bom, pelo nosso regimento, cabe ao chefe do Centro de Inteligência assessorar o comandante e o subcomandante.

DEPUTADO HERMETO – Aham.

REGINALDO LEITÃO – Então, assim, as informações que eram passadas, inclusive por mim, não eram informações que saíam da minha cabeça, não é?

DEPUTADO HERMETO – Certo.

REGINALDO LEITÃO – Eram informações validadas pelos nossos analistas. Então, acredito que sim.

DEPUTADO HERMETO – *Ok*.

Coronel, a subsecretária de inteligência produziu um relatório de inteligência nº 6/2023, o qual apresentava dados alarmantes sobre a possível invasão do Congresso Nacional. No dia 7 de janeiro, houve uma reunião na SSP com a Polícia Federal, informando sobre a periculosidade das manifestações no dia 8. Na sua opinião, o compartilhamento dessas informações com a Polícia Militar e outros órgãos teria sido importante para eventual correção de curso no planejamento? Isso é uma pergunta. Pergunto isso porque todas as IOAs saíram das reuniões preparatórias do PAI nº 2, de 2023, ocorrida no dia 6, com a percepção de que a manifestação teria baixa adesão e reduzido público.

REGINALDO LEITÃO – Deputado, vamos lá, vamos pelo início. Isso aí, inclusive, já compõe os autos que estão no STF, na CPI e na CPMI. O Centro de Inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal não recebeu o Relatório 06, e eu, como chefe da inteligência, do Centro de Inteligência da PMDF, não participei de nenhuma reunião no dia 7.

DEPUTADO HERMETO – Essa reunião do dia 7, de que o diretor-geral da Polícia Federal, se eu não me engano, participou na Secretaria de Segurança, foi fundamental. O doutor Andrei. Essa reunião vai dar um norte a muitas coisas.

REGINALDO LEITÃO – Então, deputado, eu complemento, porque eu sei que a pergunta do senhor teve 2 partes. Se eu não participei e não recebi o relatório...

DEPUTADO HERMETO – O senhor não participou?

REGINALDO LEITÃO – ... e se foi dada, com tanta ênfase assim, alguma informação, com certeza isso fez a diferença no deslinde. Agora, reforço: todas as informações que nós recebemos – e, aí, essas informações chegam de diversas fontes – foram repassadas para o comando da corporação.

DEPUTADO HERMETO – Eu termino aqui, dizendo que essa reunião foi crucial devido a tudo o que aconteceu.

Obrigado, coronel, pela sua oitiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Antes de passar a palavra ao deputado Fábio Félix; coronel, eu estava verificando aqui as minhas perguntas, e houve uma que o senhor não respondeu completamente.

REGINALDO LEITÃO – Perdão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero... O senhor sabe de quem foi a ordem para a Polícia Militar ficar de sobreaviso e, não, de prontidão?

REGINALDO LEITÃO – Pelo que a gente acompanhou, deputado, foi o coronel Klepter que emitiu essa ordem de sobreaviso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O coronel Klepter que mandou ficar de sobreaviso e, não, de prontidão?

REGINALDO LEITÃO – Sim. A ordem partiu do coronel Klepter.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – As pessoas que estão assistindo a nós não sabem o que é sobreaviso nem o que é prontidão. Eu queria que o senhor precisasse o que é estar de prontidão e o que é estar de sobreaviso.

REGINALDO LEITÃO – Bom, prontidão é quando a tropa fica aquartelada, em condição de ser aplicada no terreno. Sobreaviso é quando o policial permanece em sua residência, em condição de ser acionado e de se deslocar para o seu aquartelamento e, posteriormente, para o local onde está acontecendo o evento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Prontidão é estar ali, dentro do quartel, fardado, com o ônibus na porta pronto para transportá-lo para o *front*, não é?

REGINALDO LEITÃO – Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sobreaviso é ficar em casa. Se o alcançarem pelo telefone está tudo bem; se não, não vem, não é?

REGINALDO LEITÃO – É assim: o policial, quando ele fica de sobreaviso, assim como eu estava de sobreaviso e o meu efetivo estava de sobreaviso, nós estávamos sob essa condição. Então, como eu falei para o senhor aqui, tão logo houve a invasão da área central, eu determinei ao meu efetivo que fosse para o quartel, e assim foi feito. Então, o policial que está de sobreaviso tem de ficar em condição de apoiar a corporação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Porém demora muito mais a chegar.

REGINALDO LEITÃO – Ah, sim. Com certeza.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Fábio Félix, V.Exa. está com a palavra e dispõe de até 25 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Muito obrigado, presidente.

Eu queria iniciar minha fala saudando o senhor. Seja bem-vindo à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Agradecemos também a sua presença aqui.

O senhor afirmou uma coisa importante. Do seu ponto de vista, não houve apagão na inteligência. Logo depois do acontecido, quando retornou ao trabalho como governador do Distrito Federal, após o afastamento, o governador disse – palavras do governador – que um dos problemas teria sido um "apagão" na inteligência. Então, é importante ouvirmos outras perspectivas em relação a esse tema para que possamos desvendar o ocorrido.

A segunda coisa é porque nós tratamos aqui com pessoas, trabalhadores, trabalhadoras, no caso, servidores públicos. Então, não acho correto nem santificar nem idealizar nenhuma instituição. As instituições de Estado são importantes. A Polícia Militar é uma instituição importante, a Polícia Civil é uma instituição importante, outras instituições o são. A Secretaria de Saúde é uma instituição fundamental, o Sistema Único de Saúde, e há outras tantas que poderíamos dar como exemplo aqui. Mas nem por isso podemos idealizar a *performance* e atuação de nenhuma instituição. Todos os parlamentares aqui são fundamentais para a democracia, mas todos podem cometer equívocos, erros, enfim. E esta instituição, como casa legislativa, pode também, no mesmo sentido.

Então, eu parto desse pressuposto porque a ideia, por parte da CPI, obviamente, não é demonizar a Polícia Militar do Distrito Federal – e nunca foi –, a ideia é investigar e apurar. Do ponto de vista da responsabilidade, uma das instituições mais importantes para a garantia da segurança no dia 12 de dezembro e no dia 8 de janeiro era a Polícia Militar do Distrito Federal. Não haveria como ser diferente, era necessário olhar para a Polícia Militar do Distrito Federal. Isso não significa atacar a instituição. Muita gente tenta generalizar, porque a ideia de generalizar, no caso da institucionalidade, é blindar para que não haja investigação, para que não haja apuração.

Do nosso ponto de vista, não há um ataque à Polícia Militar. A nossa ideia é investigar justamente para que possamos apurar qual foi a sequência de erros ocorridos no dia, preliminarmente, para que depois consigamos fazer a apuração correta, para que isso nunca mais aconteça. Então, não me cabe aqui santificar nenhuma instituição. Não nos cabe, como parlamentares, idealizar nenhuma instituição, e, sim, investigar e apurar. E, no caso, a responsabilidade era muito grande, nesse dia, para a Polícia Militar do Distrito Federal.

Eu digo isso com muita tranquilidade, porque já era parlamentar na última legislatura e fiz um acompanhamento da Polícia Militar também. Como presidente da Comissão de Direitos Humanos, visitei órgãos da Polícia Militar, conversei com todos os comandantes e a comandante-geral que passaram pela gestão do governador. Fiscalizei, pedi apuração sobre casos, mas também fizemos audiência pública, encaminhamos demandas. Fizemos a fiscalização, que é o trabalho independente do Poder Legislativo. Então, não se trata de ataque, se trata de pedir uma apuração e tentar compreender o que de fato aconteceu naquele contexto.

Esse papel independente também em relação à Polícia Militar é importante nesse processo, porque aí nós vamos ter condição, de fato, de prevenir outros momentos. Eu acho – e esse é o meu ponto de vista, uma análise política do último período – que o presidente da República anterior tentou utilizar sua influência política e suas ideias para partidarizar as polícias no Brasil. Eu acho que não foi um caso exclusivo da Polícia Militar. Acho que ele agiu para partidarizar as polícias, ele agiu para influenciar as polícias por dentro.

E eu acho que isso é um problema, porque a polícia é uma instituição de Estado. Hoje é o presidente Lula, amanhã vai ser x. Hoje nós temos o governador Ibaneis, amanhã podemos ter um governador do PT, podemos ter uma governadora do Cidadania, podemos ter um governador de qualquer time político nessa cidade, não importa. Muda, mas a expectativa da população é que à Polícia Militar possamos confiar minimamente a defesa da democracia e das instituições.

Eu digo isso porque houve, no meu ponto de vista, uma tentativa de captação política da Polícia Militar. Eu acompanhei inúmeras visitas do presidente, aleatórias, aos batalhões, reuniões, convites para irem ao Palácio do Planalto, até na informalidade. Não entregou nada, porque nem o aumento para a polícia entregou. Isso é fato, não é, deputado Hermeto? A polícia lutou 4 anos para ter aumento. Muitos policiais diziam: "Agora é nosso governo". Não ganharam nada. O aumento foi sancionado ontem pelo presidente Lula, inclusive do PT, que assinou o aumento à Polícia Militar ontem. Eu digo isso pelas contradições da vida, das ideias. Acho que esse prelúdio é importante.

Agora vou entrar em algumas perguntas. Eu nem sou do PT, mas digo isso porque acho que é importante que fique claro, pois, nesse caso especificamente foi o presidente da República que assinou o aumento, o presidente tão temido pela corporação. E o presidente suspostamente tão amado não entregou e não abriu o diálogo. Era muito blá-blá-blá, mas na hora de entregar aquilo que a corporação pedia, minimamente, não entregou. Estou falando de fatos. Nesse caso especificamente não são ideias nem ideologias, são fatos, não houve o aumento que a corporação pediu.

Eu queria fazer algumas perguntas que nos ajudaram a entender essa linha do tempo, o papel do senhor na inteligência e o que o senhor fez ao longo desse processo. Primeiro, o senhor era o chefe do Centro de Inteligência da Polícia Militar, o senhor foi indicado por qual comandante-geral?

REGINALDO LEITÃO – Foi pelo coronel Fábio. O coronel Klepter havia assumido o Estado Maior. Eu era o chefe do Estado Maior no comando anterior, que era do coronel Vasconcelos. Então, quando o coronel Fábio assumiu... Normalmente os comandantes colocam pessoas de confiança no Centro de Inteligência, por ser uma área bem delicada dentro da polícia. Ele me fez o convite, e eu de pronto aceitei.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Em 2020 o senhor já estava na inteligência, o senhor acompanhou aquele grupo de ativistas chamado 300 do Brasil? O senhor se lembra se havia monitoramento da Polícia Militar em relação a esse grupo, que era liderado por uma ativista chamada Sara Winter?

REGINALDO LEITÃO – Deputado, eu lembro, sim, dessa situação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, havia uma ação da Polícia Militar no sentido de contê-los. O senhor se lembra de que a principal pauta deles era um desgaste ao Supremo Tribunal Federal? O senhor tem alguma notícia disso?

REGINALDO LEITÃO – Eu me recordo. Eu estava em outra função, mas, com certeza, a inteligência da polícia – que não era eu à época – acompanhava isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não era.

REGINALDO LEITÃO – Não era. Mas eu me lembro mais ou menos dessa situação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Em 2021, ela deu uma entrevista em que afirmava que o General Heleno, dentro do Palácio do Planalto, a teria orientado a não atacar o Congresso Nacional e atacar o Supremo Tribunal Federal. Havia alguma informação na inteligência da polícia sobre isso?

REGINALDO LEITÃO – Eu não sei. Eu não estava na inteligência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Era 2021 já.

REGINALDO LEITÃO – Eu não estava nessa época.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Então, o senhor não tem, depois que entrou, nenhuma informação.

REGINALDO LEITÃO – Não tenho, não tenho.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não tem nenhuma informação. O senhor já entrou no ano das eleições.

REGINALDO LEITÃO – Sim, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No meio do fogo cruzado das eleições. Está certo.

Nas eleições, os senhores monitoravam, na Polícia Militar, distúrbios – a partir da inteligência – que poderiam acontecer no processo eleitoral? O Sete de Setembro foi uma questão para os senhores?

REGINALDO LEITÃO – Sim, deputado. Não só isso. Todo e qualquer evento... Os grandes eventos, de uma maneira melhor. Então, o Sete de Setembro é um exemplo muito bom que o senhor colocou, agora, para a gente poder refletir sobre isso. O Sete de Setembro é uma atividade que a gente planeja com 3 ou 4 meses de antecedência. E nos permite fazer uma análise, aí sim, de inteligência, com relatórios de inteligência para que dê tempo de a gente fazer os planejamentos. Muito diferente do que a gente viu no dia 8, que foi um evento, como eu falei, de sexta-feira, a partir de 1 hora da tarde, até a eclosão, por volta de 2 e 30, 2 e 40 no domingo; evoluiu muito rápido. Foi uma situação bem diferente, que exige da gente posturas diferentes também.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

Os senhores tinham algum mapeamento de risco para o dia da eleição, especialmente no segundo turno, caso um dos candidatos não reconhecesse o resultado das urnas, de haver algum distúrbio popular? Havia algum mapeamento sobre isso? Vocês monitoravam os grupos, a movimentação política em relação a isso?

REGINALDO LEITÃO – Sim, senhor. Era feito esse monitoramento. O senhor falou sobre risco. Legalmente, quem tem a competência de elaborar as análises de risco é a Secretaria de Segurança Pública, através da SI.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Que é a Subsecretaria de Inteligência da secretaria.

REGINALDO LEITÃO – Isso. Perfeito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O papel da inteligência da PM, nesse caso, seria qual?

REGINALDO LEITÃO – Justamente, assim como todas as outras agências de inteligência, utilizar a sua capilaridade para buscar dados, informações e alimentar a secretaria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Vocês a alimentam com relatos?

REGINALDO LEITÃO – Isso. Com informações, relatos...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Informações, relatos, frações de inteligência.

REGINALDO LEITÃO – Isso, frações.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas vocês não fazem qualquer juízo de valor sobre risco?

REGINALDO LEITÃO – Não...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não há nenhum tipo de classificação, por exemplo: "Isso aqui é um risco moderado, isso aqui..." A partir da capilaridade que vocês têm, ouvindo os informantes que vocês têm? Imagino que haja informantes com graus diferentes.

REGINALDO LEITÃO – Sim. Entendi a pergunta do senhor. Como eu estou falando, legalmente, quem faz esse tipo de avaliação nos grandes eventos, principalmente como no dia Sete de Setembro – é um grande evento – é a Secretaria de Segurança que tem que fazer, por força de lei.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É ela que elabora?

REGINALDO LEITÃO – Isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas, em outros momentos, vocês fazem alguma orientação?

REGINALDO LEITÃO – Isso. Nós temos as nossas análises internas dentro da Polícia Militar. A gente vai fazendo essa estimativa, na verdade.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E vocês repassam essas análises para os outros órgãos também.

REGINALDO LEITÃO – Sim, sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Quais são os órgãos com os quais vocês costumam dialogar e para os quais costumam repassar as informações?

REGINALDO LEITÃO – Então, deputado, como nós aqui no DF, nós... Eu costumo dizer que a Polícia Militar do DF é uma polícia militar distrital e federal, porque é exigido da gente isso. Então, nós temos, com todas as agências do Sistema de Inteligência do DF – Bombeiros, Detran, enfim com todas as agências –, e, por meio da Secretaria de Segurança Pública, da SI, esse *link* com a Abin, a Polícia Federal. Mas, por exemplo, eu, como chefe da Inteligência da PMDF, eu até poderia fazer contato com a Abin, com a PF, com a PRF, mas, normalmente, esse contato é feito por meio da SI, da Subsecretaria de Inteligência, porque ela é o órgão coordenador do Subsistema de Inteligência do DF.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, nesse período, por exemplo, no dia 12 de dezembro e no dia 8 de janeiro, o senhor não fez contato com esses órgãos?

REGINALDO LEITÃO – Não, senhor. Direto, não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Diretamente o senhor não fez, mas o senhor fez contato com a Subsecretaria de Inteligência?

REGINALDO LEITÃO – Sim, com a subsecretaria, a gente estava em contato.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Que era a senhora Marília?

REGINALDO LEITÃO – Isso. Positivo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ela era a subsecretária naquele contexto.

REGINALDO LEITÃO – Sim, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, está correto.

Sobre a questão do acampamento. Os senhores monitoravam o acampamento no QG? O senhor já respondeu um pouco sobre isso, mas o senhor poderia falar mais sobre esse tema, se os senhores monitoravam e como era o perfil do monitoramento que os senhores faziam no acampamento?

Só uma pergunta preliminar: o senhor já tinha visto um acampamento, uma mobilização em frente ao Quartel-General do Exército?

REGINALDO LEITÃO – Não, senhor. Nos meus 30 anos, foi a primeira vez que a gente viu um acampamento em frente ao quartel-general. Como eu falei para o senhor, então, nós ficávamos nas imediações, preocupados justamente com o funcionamento da cidade e, eventualmente, quando a gente sabia que ia haver movimentações... Eu vou citar um exemplo aqui para ficar mais claro de a gente perceber. Eu lembro que, antes da prisão do índio Serere pela Polícia Federal, ele, junto com alguns ativistas, ficava andando dentro do DF, indo em *shoppings*, indo em locais dentro do DF. Todo esse acompanhamento era feito pela Polícia Militar, pela inteligência da Polícia Militar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, vocês monitoravam as pessoas que...

REGINALDO LEITÃO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Estavam no acampamento e circulavam pela cidade?

REGINALDO LEITÃO – É. Quando a gente sabia que iriam sair lá de dentro para andar pela cidade, circular pela cidade, a partir daí, a gente começava um acompanhamento para apoiar a atividade operacional nas suas tomadas de decisão. Então, eu estou falando pela inteligência da Polícia Militar. A inteligência fazia isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Vocês, então, tinham mais ou menos os perfis de quem estava ali de forma aleatória...

REGINALDO LEITÃO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ... colocando-se na frente do QG, engrossando o caldo, e os perfis daqueles que tinham uma lógica mais radicalizada.

REGINALDO LEITÃO – Perfeito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, vocês tinham os perfis?

REGINALDO LEITÃO – Sim, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, seria possível, caso esta CPI pudesse solicitar à inteligência da Polícia Militar, obter os nomes dos perfis mais radicalizados que atuaram naquele período?

REGINALDO LEITÃO – Sim, senhor. Inclusive, eu acho que, assim, como essa atividade é muito dinâmica, como a nossa atividade é muito dinâmica – e eu fiquei 1 ano e meio à frente do centro –, eventualmente essas informações já estão dentro do processo, por quê? Porque, como eu falei para o senhor, a Polícia Militar não faz a parte de investigação. Essa parte cabe à Polícia Civil e à Polícia Federal. Se a Polícia Federal tem esses perfis de uma maneira inclusive mais robusta, possivelmente esses elementos já estão dentro do processo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim, mas eu acho que é importante talvez requerermos esse detalhamento para saber quem são esses perfis instigadores.

Eu queria falar do acampamento. Vocês faziam o monitoramento. É importante saber que existiam perfis mais radicalizados, e esses perfis, às vezes, andavam pela cidade. As pessoas aqui, às vezes, querem negar que o acampamento era embrião de qualquer coisa – e sabemos que foi. Inclusive os próprios idealizadores da bomba no Aeroporto de Brasília estavam no acampamento e eram frequentadores assíduos de lá, por mais que algumas pessoas que não queiram ver isso neguem isso o tempo inteiro na CPI. Eles falaram aqui que estavam lá. Vocês mapearam esse momento, esse momento de planejamento? Vocês tiveram alguma notícia de algo mais grave como a bomba no aeroporto? Vocês estavam dentro desse monitoramento prévio em relação à bomba que eles queriam explodir no aeroporto?

REGINALDO LEITÃO – Não. Não, senhor. A gente começou a acompanhar a partir do momento em que houve o fato lá, que aí foi encontrado... A partir dali, a gente começou...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas antes...

REGINALDO LEITÃO – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Vocês não tinham notícia. Foram só os órgãos federais e a Polícia Civil.

REGINALDO LEITÃO – O Centro de Inteligência da PMDF não tinha acesso a essa informação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, que o senhor lembre, não houve qualquer informante lá que tenha ajudado vocês ou subsidiado essa informação?

REGINALDO LEITÃO – Não, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está bem.

Sobre o dia 12 dezembro. A data chama atenção da população do DF. Eu sempre falo isso porque chama minha atenção também ninguém ter sido preso. Vários coronéis passaram por aqui. Já foram apresentadas várias justificativas dizendo que era um momento em que a ideia era a contenção, que não era efetuar a prisão. Eu já participei de outras manifestações em que a ideia também era a contenção, e efetuaram prisões. Nesse dia, nenhuma prisão. Há alguns vídeos que mostram os manifestantes sentados, mas ninguém é pego. Foram 2 delegacias depredadas, destruição, queima de ônibus, queima de carro. Para nós, chama muita atenção não ter havido nenhuma prisão. O coronel Fábio, no dia seguinte, inclusive criticou o acampamento, disse que muitos deles vieram do acampamento, muitos que estavam na depredação e na destruição do dia 12 de dezembro. Qual foi a atuação da inteligência no dia 12?

REGINALDO LEITÃO – Perfeito. Então, como eu falei, a gente estava com o nosso efetivo do Sipom espalhado pela cidade, cumprindo suas rotinas. Naquele momento em que começou, em que houve aquela manifestação, a gente tentou colocar o nosso efetivo – porque a gente também não tem tanto – em posições mais estratégicas, buscando levantar o máximo de informação possível. Lembrando que esses crimes de dano são crimes continuados. Pelo fato de o cidadão ter colocado fogo num carro ou quebrado alguma coisa, ele pode ser identificado posteriormente. Então, a inteligência da Polícia Militar teve esse papel de tentar buscar as informações e passar para a Polícia Civil e para a Polícia Federal. E isso foi feito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Monitorava em tempo real.

REGINALDO LEITÃO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas vocês não tinham nenhum monitoramento anterior?

REGINALDO LEITÃO – Então, como eu falei...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque vocês estavam monitorando perfis mais radicais do acampamento.

REGINALDO LEITÃO – Isso, exatamente, confirmando o que o senhor está falando. Então, por exemplo, eu tinha a equipe acompanhando aquele grupo que estava junto com o índio Serere, porque eles... Se o senhor lembrar – só retomando aqui –, eles foram até o Palácio do Planalto, depois estavam voltando do Palácio do Planalto quando foram presos. Não é? O senhor sabia disso?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

REGINALDO LEITÃO – Naquele momento em que ele começou a ser deslocado para a central que a gente começou a ter noção de para onde estavam indo. Inclusive nos surpreendeu isso, porque a Polícia Federal tem esse prédio novo na área central, mas ela tem um prédio antigo, que é a Superintendência, que fica no final da Asa Sul. Quando a gente viu que eles estavam indo para a área central, imediatamente – como temos essa *expertise* –, a gente já imaginou que aquilo pudesse gerar um problema.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

REGINALDO LEITÃO – Como aconteceu... Porque indo para ali você está bem no ponto nevrálgico da cidade, não é? E aquilo ali surpreendeu a todos. Então, eu acho, se o senhor me permitir, deputado...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Claro.

REGINALDO LEITÃO – Acho que os meus colegas que estavam na parte operacional vão conseguir realmente passar com mais propriedade por que não foram feitas as prisões. Mas, eu, como chefe da inteligência... Todas as informações que nós tínhamos e que podíamos compartilhar na hora com eles e, posteriormente, até...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Esse compartilhamento é feito via WhatsApp?

REGINALDO LEITÃO – Via WhatsApp.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está bem.

REGINALDO LEITÃO – Às vezes, via rádio, via telefone, de várias formas. E todos os dados que depois foram capturados foram repassados para a Polícia Federal e para a Polícia Civil.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Posteriormente?

REGINALDO LEITÃO – Isso. Nos dias seguintes. Nos dias seguintes, eles foram processados, há todo um trabalho de processo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor disse que foram pegos de surpresa.

REGINALDO LEITÃO – De maneira, inclusive, bem detalhada. Com bastante insumo, com bastante informação para que a Polícia Civil e a Polícia Federal pudessem identificar esses atores.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Mas também era a própria Polícia Civil que estava fazendo a investigação aqui no Distrito Federal, na parte da investigação? O senhor disse que vocês foram pegos desavisados em relação ao dia 12, por conta da prisão da liderança indígena que estava no local. Mas a decretação da prisão dele já havia alguns dias.

REGINALDO LEITÃO – Sim. A decretação já tinha alguns dias. Perfeito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, não seria o caso de já estar monitorando?

REGINALDO LEITÃO – Justamente. O monitoramento existia, mas sabemos que existe a Polícia Federal e a Polícia Civil, que são polícias que poderiam fazer essa prisão. E foi o que aconteceu: a Polícia Federal efetivou essa prisão.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

REGINALDO LEITÃO – Só que não houve uma comunicação por parte da Polícia Federal em relação à Polícia Militar para que a gente pelo menos se prevenisse. "Olha, a gente vai prender e levar para tal local". Porque...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que havia uma desconfiança da Polícia Federal com a Polícia Militar?

REGINALDO LEITÃO – Não acredito nisso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sobre o vazamento da informação, porque eles queriam efetuar uma prisão surpresa, e era um momento de instabilidade?

REGINALDO LEITÃO – Eu não posso afirmar. Não estou aqui para fazer esse tipo de julgamento, não é, Deputado? Mas o fato é: se essa informação tivesse chegado para a inteligência, eventualmente a gente poderia ter assessorado o comando para que a gente pudesse ter se antecipado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Muito obrigado pelas respostas.

Eu queria, sobre dia 8 de janeiro, muito rapidamente – faltam 5 minutos para acabar o meu tempo –, falar que tivemos acesso a esse relatório de inteligência no dia 6. A situação foi mudando

muito rapidamente desde o início da semana – ninguém acreditava que a manifestação ia ter o volume que teve. Esse volume foi aumentando ao longo da semana. No dia 6, houve um relatório da inteligência já sobre esse tema, e, no dia 7, houve a reunião. O senhor tomou notícia de que essa reunião estava acontecendo no sábado?

REGINALDO LEITÃO – Não, senhor. Conforme a gente já colocou também nos primeiros relatórios que o centro emitiu tanto para o STF, quanto para a CPMI, quanto para os senhores aqui na CPI, a Polícia Militar, através do Centro de Inteligência, não teve acesso ao Relatório 06.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor voltou de férias no dia 6. Foi o que o senhor falou, não é?

REGINALDO LEITÃO – Dia 6 foi meu último dia. Eu voltei no dia 7.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ah, o último dia de férias. Então, no dia 7, o senhor voltou.

REGINALDO LEITÃO – Perfeito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No dia 7, o senhor voltou a trabalhar no fim de semana. A pessoa, quando volta a trabalhar, geralmente volta na segunda. O senhor voltou na segunda ou o senhor voltou no dia 7?

REGINALDO LEITÃO – Eu voltei no dia 7 mesmo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Voltou no dia 7.

REGINALDO LEITÃO – Eu voltei no dia 7, até porque existia essa reativação – que a gente começou a ver, de ônibus chegando – do acampamento. Como eu falei para o senhor, a gente já tinha essa preocupação ao longo do ano.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Qual foi a última informação emitida pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar no dia 7 de janeiro? O último subsídio que vocês deram, o senhor lembra mais ou menos? O último subsídio que os senhores deram para outros órgãos de segurança, especialmente para a secretaria.

REGINALDO LEITÃO – Eu não vou lembrar, mas eu posso afirmar para o senhor isto: ontem, ainda fazendo o meu exercício de lembrar sobre essas situações... Entre o dia 7 e o dia 8, foram mais de mil mensagens. E foram 837.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Isso se refere a mensagens em grupos de WhatsApp?

REGINALDO LEITÃO – É. Eu friso isso porque essas 837 mensagens, deputado, – só para deixar claro – são mensagens que são processadas por um analista, são validadas e colocadas no grupo. Então, foram muitas. Eu não vou saber agora precisar para o senhor...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mensagens de mobilização.

REGINALDO LEITÃO – Isso. Sobre tudo o que estava acontecendo, sobre todo esse desdobramento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Aí, os senhores tabularam esses dados. Qual foi o último horário – o senhor lembra? – que os senhores informaram alguma coisa, no dia 7?

REGINALDO LEITÃO – Ih, 24 horas, deputado. A partir do momento em que a gente inicia esse trabalho, ele não para.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Aí, vocês mandavam...

REGINALDO LEITÃO – Só para o senhor ter uma ideia, perdão por interromper o senhor. Desculpe-me. Só para ter uma ideia, por exemplo, do nível de detalhe dessas informações, no grupo Prioridade, era assim: "Neste momento, todos os manifestantes estão dormindo no acampamento". Daí, no dia seguinte, às 7 horas da manhã: "Começou um movimento para a tomada de café". É nesse nível.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nesse nível. Essas são as frações?

REGINALDO LEITÃO – É. Isso que eu estou falando para o senhor está no grupo Prioridade 01. Com certeza, já foi pego no celular das pessoas que foram presas e, possivelmente, já está degravado e já faz parte dos processos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Em que momento, no dia 8, vocês perceberam a radicalização total?

REGINALDO LEITÃO – A gente só percebeu isso quando houve o rompimento da...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eles não falavam nada? Isso não circulava no grupo? E quanto àquelas mensagens anteriores, como "vamos tomar o poder", falseando, chamando o movimento de festa da Selma, não gerou uma desconfiança?

REGINALDO LEITÃO – Eu falei para o senhor já, a gente comentou aqui. Ao longo do dia 7, essas frações iam sendo pegas. Havia pessoas que falavam: "A chapa vai esquentar", vamos fazer... Inclusive, tem degravações sobre isso. Então, isso tem nos autos já. Então, a gente via, sim, só que era espaçado mesmo. Assim, não era uma coisa generalizada, não era um assunto que estava sendo difundido amplamente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, provavelmente, houve líderes que estimularam na hora.

REGINALDO LEITÃO – Possivelmente. Eu acredito muito no trabalho da CPI, da CPMI e do STF neste sentido, de tentar identificar realmente essas lideranças, e que a justiça seja feita.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ... que estimularam esse processo. Está certo. Muito obrigado, coronel, pelas informações que foram prestadas.

É importante que nós saibamos dos dados emitidos depois, pela Polícia Militar, sobre o que aconteceu no dia 8: havia de 6 a 8 mil pessoas na manifestação. Segundo os dados, nos ônibus que vieram para Brasília, deputados, havia mais ou menos 4 mil pessoas de fora de Brasília. As outras 4 mil eram pessoas de Brasília que estavam na manifestação. Vários aqui já comentaram, inclusive nesta CPI, que conhecem pessoas que foram para lá. Nós aqui colhemos depoimentos de pessoas que foram para a manifestação e que viram a manifestação se radicalizando. Elas estavam nesse processo.

Existia um esvaziamento do acampamento, mas, como já foi dito aqui por diferentes depoentes, entre o início de novembro até o dia 8 de janeiro, houve estações diferentes no acampamento. Houve diminuição e aumento, ele foi diminuindo gradativamente, mas as pessoas se revezavam para estar lá. Essas são as pessoas. O acampamento, de fato, a partir de algumas lideranças, foi o polo, foi o embrião da atuação criminosa. Pode ter gente que estava lá – e eu acredito nisso – que não era criminoso, mas era o acampamento o embrião da atividade criminosa que aconteceu contra a democracia brasileira.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra, por até 25 minutos, ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Bom dia, presidente, relator, deputados, deputadas, servidores desta casa, imprensa e os que assistem a nós. É muito importante a última reunião nossa por parte das oitivas. Cumprimento o coronel Reginaldo Leitão. Obrigado pela sua presença a esta CPI, até mesmo sem advogado. Parabéns pela sua atitude.

Já vou começar direto no trabalho que eu tenho, deputado Chico Vigilante, porque eu não tenho muito interesse em algumas perguntas não, porque tudo que estava aqui já foi respondido, mas vou começar só rebatendo, deputado Fábio Félix, o acampamento. O acampamento está fora de cogitação, todo mundo aqui falou, 150 ônibus vezes 50, 7.500 pessoas vieram de fora. É matemática, pelo amor de Deus.

Há algumas pessoas que praticaram delitos lá dentro? Há, mas é a nossa função, nós somos investigadores. A população está assistindo a nós e ela espera desta CPI uma resposta que a CPMI

não deu. Aliás, diga-se de passagem, nessa semana, o delegado Ramagem entrou no Ministério Público Federal contra a senadora Eliziane Gama pela prevaricação da apresentação do relatório parcial. Todos esperam que aqui não seja assim – e eu tenho convicção de que não o será.

O relator, deputado Hermeto, tem falado isso aqui, os deputados, titulares, suplentes – eu confesso aqui, presidente deputado Chico Vigilante – foram extremamente brilhantes: dedicaram-se, trabalharam, estudaram. Então, tenho certeza de que nós chegaremos a um grande resultado, e a nossa perspectiva, coronel, é justiça. Só queremos justiça. Doa a quem doer, nós queremos justiça. E, mais uma vez, justiça e direito são bases do trono de Deus, diz o Salmo 89, do salmista Davi.

Eu vou começar pelo contrário, vamos aqui a um PowerPoint, porque eu acho que ele é por demais importante, porque nós estamos no saneamento desta CPI. Pós-saneamento, nós vamos trabalhar um relatório, e esse relatório vai mexer com pessoas, com gente. Então, nós precisamos individualizar condutas, e eu acho extraordinário o seu depoimento aqui, porque ele está levando a esse nível da individualização.

O senhor falou ainda há pouco que só 150 pessoas estavam no acampamento – já sabemos isso de cor e salteado –, que dia antes os ânimos – V.Sa. falou isso – eram diferentes, o que me assusta, porque eram diferentes: um grupo de pessoas inocentes, um grupo de pessoas que estavam se manifestando, senhoras, idosos. Foi V.Sa. que falou, tal como todos os outros, e havia um grupo extremamente hostil que sabia antes, mas sabia e fez o quê? O que o governo federal fez para proteger os prédios? Por que a polícia não colocou mil pessoas, mil policiais ali com a tropa de choque, com a cavalaria? Não teriam descido, isso não tinha acontecido.

Naturalmente, a nossa investigação apontará para esse nível, e nós vamos descobrir quem fez. Por isso que não há que se falar em Polícia Militar aqui. Não é a instituição, são pessoas, porque você individualiza a conduta das pessoas para se imputar o crime a elas para que a justiça faça o seu papel, criminalizando quem precisa e inocentando quem merece – e de forma urgente.

Vamos lá.

Depoimento prestado a esta CPI, pelo coronel Naime. Ele diz assim: "Os invasores do dia 12 de setembro estavam hospedados no Setor Hoteleiro e não acampados em frente ao QG do Exército". Nós sabemos disso.

Pode soltar aí, amigo.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Quem promoveu a quebradeira foi para o hotel, não para o acampamento.

Pode passar, por favor.

(Apresentação de *slide*.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Doutora Marília, subsecretária de inteligência. Olhem o que ela diz: "Não é possível afirmar que o grupo que invadiu os prédios públicos era o mesmo grupo que estava acampado em frente ao QG do Exército".

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ou seja, ela não consegue afirmar se era o mesmo grupo, mas vamos lá.

(Apresentação de *slide*.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – General Dutra, ex-comandante militar do Planalto: no dia 6 de janeiro, havia menos de 200 pessoas no local – V.Sa. falou em 150 agora. No dia 7, chegaram a Brasília cerca de 120 ônibus – havendo uma diferença de 120, 130, 150, isso dá cerca de 6 mil a 7.500 pessoas que vieram de fora. Então, não era metade de Brasília, era uma pequena parcela. As pessoas, que estavam na praça até o dia 6 não eram as mesmas que estavam

na praça no dia 7.

Pode passar. Vamos lá.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Por favor, para ganharmos tempo, pode passar, porque aí já há o que eu queria.

Ele está dizendo que não eram as mesmas pessoas, elas vieram de fora, vieram se manifestar, vieram, em ônibus, 120, 130, 140, 120, mas, se eu colocar 120 – 2 x 5 são 10 –, 6.000 a 7.500 pessoas vieram de fora e nós tínhamos aproximadamente 8.000 pessoas na Esplanada – mil de Brasília.

Então, precisamos fazer isso, porque estamos chegando ao momento final, de saneamento e de relatório. Por mais que eu creia que a produção do relatório já esteja extremamente avançada, não podemos mexer na vida de pessoas inocentes. É importante rememorar.

(Apresentação de *slide*.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A coronel Cintia, subsecretária de operações integradas da Secretaria de Segurança, disse que, no dia 6, havia cerca de 300 pessoas no acampamento. Ela foi diferente ao afirmar que, entre essas, 150 eram pessoas em estado de vulnerabilidade, que iam até lá para comer. No dia 8, desceram para a Esplanada cerca de 6 mil pessoas. Por esse número, são 120 ônibus. O coronel Dutra falou em 130, e outras pessoas chegaram a falar em 140, 150.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É muito importante ressaltar isso, porque vamos imputar crimes às pessoas. Aí, o senhor fala, doutor Thiago, que eram grupos distintos. Mas todos foram pegos, e a todos estão sendo imputadas todas as penas possíveis: 14, 16, 17 anos de cadeia. Isso mostra que a justiça não está sendo operada, porque é necessária a individualização de conduta. É impossível que todas as pessoas que foram presas estivessem no mesmo lugar, ao mesmo tempo, praticando o mesmo crime. O réu precisa saber do que está sendo acusado para que que possa se defender. Isso é base do direito. O que está fora disso não é justiça, é injustiça.

(Apresentação de *slide*.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O major Natale diz que a segurança do Palácio do Planalto é responsabilidade do GSI. O Palácio estava sob ataque. O Palácio do Planalto não é responsabilidade da Polícia Militar do Distrito Federal. A Polícia Militar do Distrito Federal cuida só da Esplanada. Os prédios federais são responsabilidade do governo federal, do GSI, da Força Nacional.

(Apresentação de *slide*.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Já li e falei isto várias vezes, mas faço esta rememoração porque este tema é importante:

Cabe ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para os fins do disposto neste artigo, adotar as medidas necessárias para a sua proteção e coordenar a participação dos órgãos de segurança pública. O GSI não fez o seu papel.

O coronel Fábio, ex-comandante da PMDF, disse o seguinte: "Conforme protocolo tático integrado, o Congresso seria responsabilidade da Polícia Legislativa; o STF, da Polícia Judiciária; o Palácio do Planalto, do GSI, vinculado à Presidência da República, com o apoio do BGP e do RCG".

Cada força tem sua obrigação na defesa dos prédios públicos. Tudo falhou. Inclusive, parte de pessoas da Polícia Militar falhou! Prontidão e sobreaviso!

Aqui foi falado que, se houvesse mil policiais militares ali, nada disso teria acontecido. Há falhas na polícia, mas há falha em todos os órgãos também. Isso está declarado.

Pode soltar.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pode pular esse vídeo porque ele vai falar justamente o que eu falei: cada um no seu quadrado, cada um com a sua responsabilidade.

(Apresentação de *slide*.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Foram invadidos prédios dos Poderes da República. Nos termos do Decreto nº 11.348, de 1 de janeiro de 2023, compete ao Ministério da Justiça a defesa da ordem jurídica e a defesa dos bens e dos próprios da União. Conforme o art. 4º, do Decreto nº 5.289, de 12 de março de 2013, a Força Nacional de Segurança poderá ser empregada imediatamente mediante solicitação expressa do ministro de Estado. Ainda assim, e embora a Força Nacional estivesse de prontidão no estacionamento do Ministério da Justiça, o ministro da justiça não a acionou sob o argumento de que aguardava a manifestação do Governo do Distrito Federal – estando os prédios públicos sendo atacados.

Pode passar, pode ir passando.

(Apresentação de *slide*.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Doutor Saulo Moura, ex-diretor da Abin, afirma que houve transição do GSI – Houve! Houve transição do governo Bolsonaro para o governo Lula.

Pode passar. Pode soltar isso.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pode pular.

Houve transição. Por mais que insistam que não houve, é a autoridade do governo Lula que está dizendo: houve transição, sim. Pelo menos nessa parte da segurança, Abin e GSI, houve transição. Se houve transição 60 dias antes, mais 8 dias até o dia 8, foram 68 dias antes. Dava para ter feito alguma coisa. Havia alerta, eles estavam sabendo o que ia acontecer. Não somos meninos, somos investigadores e sabemos aonde vamos chegar.

(Apresentação de *slide*.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – General Penteado, ex-número 2 do GSI, afirma que o general G. Dias não repassou os alertas recebidos da Abin.

Segundo o general Penteado, "se os alertas tivessem sido repassados, as invasões não teriam acontecido".

Estou falando isso justamente para saber de quem vamos fazer a individualização da conduta e quem vamos indiciar. É por isso.

Pode passar. Pode pular esse vídeo porque ele está falando o que eu falei.

(Apresentação de *slides*.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – "GSI dispensou reforço da guarda presidencial 20 horas antes da invasão de golpistas."

Pode passar.

O presidente da República afirma que houve facilitação. Olhem o que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou: "Alguém, de dentro do Palácio, abriu a porta".

Quem é esse alguém? Vamos descobrir. Esse precisa ser indiciado.

Pode soltar.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Já sabemos quem é a pessoa.

Pode passar. Pode passar. Pode soltar o vídeo, por favor. Solte o vídeo do Lula.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Beleza. Pode parar.

É o presidente da República que está falando. Aqui, para mim, ele serve até como testemunha para o indiciamento do G. Dias. Por que ele liga para quem? Para o G. Dias. Cadê os policiais? Cadê o soldado? Não sabe. Não arrombaram a porta, não.

Preste atenção, gente! Preste atenção, imprensa! Não arrombaram a porta. Alguém a abriu. Quem a abriu? Quem deu água?

Como a CPI é importante! Presidente deputado Chico Vigilante, como o pessoal está ávido pela resposta desta CPI! A população, não só de Brasília, relator deputado Hermeto, mas do Brasil, está de olho.

Ontem, eu fiz uma caminhada no Eixo Monumental. Você vê, no rosto das pessoas, que elas estão com medo de ir para a rua se manifestar. Gente, manifestação é livre. Ela é pacífica, ela é consagrada pela Constituição. Quem ensinou manifestação a esta nação foi a esquerda. Hoje, ela está no poder, mas, amanhã, ela não vai estar. Ninguém pode tirar o direito de manifestação de direita ou de esquerda.

O que não pode haver é quebradeira, como houve, porque por isso vai responder – e vai mesmo! Sou favorável a que responda. O que não pode haver é ataque à honra de pessoas honradas, de ministro do Supremo Tribunal Federal. Você não ataca a honra de ninguém, porque, senão, você responde por isso no Código Penal, no Código de Processo Penal. Estão lá as penalidades para quem ataca a honra das pessoas. Calúnia, difamação, injúria, está tudo elencado no nosso ordenamento jurídico. Mas o direito de manifestação é livre. Todo mundo pode ir para a rua.

O Bolsonaro ficou 4 anos sob ataque. Por 4 anos a esquerda ficou destruindo o presidente Bolsonaro. Então, nós podemos ficar 4 anos pegando no pé do Lula. E é bom que se pegue no pé dele mesmo, porque o governo do Lula está recebendo pessoas do Comando Vermelho dentro do Ministério da Justiça. Narcotraficante, nesta nação, foi recebida com tapete vermelho no Palácio do Planalto. Isso não pode ser relativizado. Nós estamos falando do Comando Vermelho, de traficantes de droga em nível mundial. Isso não pode ser. A população tem que ir para a rua e pedir uma explicação.

Imaginem se o presidente fosse o Bolsonaro, o ministro da justiça fosse qualquer figurão desse aqui e alguém do Ministério da Justiça tivesse recebido a dama do Comando Vermelho dentro do Ministério da Justiça. O Bolsonaro caía, deputado Hermeto. O Brasil parava.

Por que o povo não vai para a rua pedir uma explicação para o presidente Lula? Porque o povo está com medo, e, quando o povo tem medo – deixe eu falar – a democracia está relativizada. O povo não pode ter medo.

Os Poderes são harmônicos e independentes, mas não são totalitários nem têm poder absoluto. Só há um que tem poder absoluto: o povo. Todo poder emana do povo e é por ele exercido, diretamente ou na forma dos seus representantes, que somos nós que estamos aqui.

O Brasil está sendo destruído. Olhem o que está acontecendo no Brasil. Olhem o crime organizado se estabelecendo. Isso não pode ser relativizado.

O Flávio Dino era o responsável pela Força Nacional. Em seu ofício ao governador do Distrito Federal, ele disse: "Pronto está para emprego imediato." Ele estava esperando o governador mandar nele. Governador não manda em ministro, governador manda no seu secretariado. Mas, se o governo ou os seus prédios públicos estavam sendo atacados, ele tinha que agir de ofício. O G.Dias já foi declarado culpado até pelo Lula, que praticamente pediu a sua condenação. E o Flávio Dino?

Prevaricou, omitiu-se – omissão dolosa. Eu, como investigador, estou dando a minha opinião. Isso deveria vir no relatório como omissão dolosa, porque ele tinha que ter acionado a força da Guarda Nacional. Assim, não haveria acontecido a quebradeira que aconteceu. Eu me assusto, porque o senhor falou que, no dia 6, começou aquele sentimento e, no dia 7, vocês começaram a ver que havia algo mais grave. Por quê? Pergunto: todas essas forças, a Polícia Militar, as forças do Congresso, do Supremo, do Palácio não se organizaram para impedir tudo isso, coronel? Essa é a pergunta que eu faço ao senhor.

REGINALDO LEITÃO – Excelente pergunta, deputado. Justamente, na minha visão como chefe da inteligência, porque as coisas foram evoluindo de maneira muito rápida, principalmente no dia 8.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Peço que segure sua fala um pouquinho. "Principalmente no dia 8". Mas, no dia 8, às 10 horas da manhã, os senhores já sabiam. Se tivessem acionado tudo às 10 horas, na sua visão como chefe da Central de Inteligência, teria acontecido o que aconteceu?

REGINALDO LEITÃO – Se todas as agências, como o senhor mesmo falou, tivessem ocupado suas posições para proteger os prédios públicos, não haveria a invasão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Então, pronto. Quem se omitiu? Não foram só membros da Polícia Militar, está declarado que foram membros do governo federal. O acampamento tinha 150 pessoas. O acampamento se esvaziou; ônibus chegaram de madrugada na sexta-feira, dia 6. Todo mundo sabia disso e ninguém fez nada! Não tinha nem que ter deixado esses ônibus entrarem no Distrito Federal. O povo estava falando que viriam quebrar os prédios públicos. Não deveriam ter deixado fazer bagunça para o governo federal. Eles iriam quebrar coisas, iriam, inclusive, agredir autoridades. Todo mundo sabia disso e ninguém fez nada.

Onde estava a Polícia Rodoviária Federal? Por que ela não parou esses ônibus? O acampamento se esvaziou. No sábado, dia 7, chegaram em torno de 80 ônibus. No domingo, chegaram 130, 140 ônibus. Se, no sábado, começou um movimento diferente, já havia pessoas com os ânimos exaltados – todos falaram, V.Sa. acabou de falar –, por que a Polícia Militar, junto ao governo federal, não usou toda a estrutura para acabar com esse movimento? Por quê?

Quem tinha interesse nisso? Acho que se juntaram todos os interesses para deixar o que aconteceu acontecer. Por quê? Era o sentimento de tirar as pessoas da rua. Se não fosse isso, ontem, haveria 30 milhões de pessoas na rua pedindo "fora, Lula", o que é de direito! Todo mundo sabe que um movimento desse derruba qualquer governo.

Senhoras e senhores, membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, finalmente, nós chegamos à última sessão. Não tenho dúvidas quanto aos fatos de que o acervo probatório construído ao longo de 10 meses de investigação é robusto e possibilita ao nosso relator Hermeto elaborar um relatório consistente. Entretanto – e é preciso registrar esse ponto –, a documentação encaminhada pela ANTT e a relação das pessoas que estiveram hospedadas no Setor Hoteleiro entre dezembro e janeiro de 2023 deveriam ter sido mais trabalhadas pela nossa comissão. Eu reconheço isso. Faltou nos debruçarmos mais.

Conforme ficou demonstrada ao longo de nossas investigações, grande parte do grupo que tentou invadir o prédio da Polícia Federal no dia 12 de dezembro estava hospedada no Setor Hoteleiro e não no acampamento em frente ao Exército. De igual modo, vários depoimentos prestados neste plenário revelaram que o grupo que desceu para a Esplanada no dia 8 não era o mesmo grupo que estava no QG.

Ainda assim, é preciso reconhecer que já temos à nossa disposição um encadeamento lógico do que realmente aconteceu! De igual modo, já podemos afirmar com segurança que não há mais dúvida quanto ao fato de que o governo federal facilitou, sim, as invasões! Se não agiu de ofício, naturalmente, facilitou, prevaricou, foi leniente.

Na verdade, ele não apenas facilitou as infrações, mas também contribuiu dolosamente para a destruição das provas, como, por exemplo, a destruição das imagens do Ministério da Justiça. Apagaram-se e destruíram-se provas! Qual é o critério no Código Penal e no Código de Processo Penal? Prisão! Por que não prenderam o Flávio Dino? Por que não prenderam o G. Dias? Por que só a cúpula da Polícia Militar está presa até agora?

Vou falar o que eu sempre falei: É necessário respeitar o direito, o Código de Processo Penal, a individualização de conduta, ampla defesa e o contraditório, o duplo grau de jurisdição e o princípio da inocência das pessoas. Nada disso foi observado! Nada disso! Todo mundo foi pego em um balaio de gato, colocaram todo mundo junto de uma maneira só. Se não fosse o trabalho de membros desta CPI, quem estaria desgraçada era a Polícia Militar.

Graças a Deus, há um representante da polícia, que é o Hermeto. Conseguimos balancear esse jogo. Agora, esperamos que, no relatório, venha Flávio Dino, G. Dias, o general Dutra e que venham os figurões do governo federal e não as pessoas de Brasília!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou suspender esta reunião por 15 minutos. Mas, antes, a bem da verdade, esta CPI tem que retratar efetivamente a verdade. Vou ler o que diz a lei a respeito do uso da Força Nacional.

"Quando um governador ou ministro de Estado – vide artigo dado pelo Decreto Presidencial nº 7.957 de 12 de março de 2013 – requisitar determinado auxílio federal para conter atos que atentam contra a lei e a ordem e que perigam sair do controle das forças de segurança locais".

Portanto, nenhum presidente da República pode determinar o uso da Força Nacional se o governador não estiver de acordo. Isso se dá em qualquer estado brasileiro, a não ser que haja intervenção no estado ou, no caso, intervenção na Força de Segurança. Foi o que aconteceu em Brasília após as 17 horas. Dada a gravidade do que estava acontecendo, foi assinado o decreto de intervenção na segurança pública do Distrito Federal.

Fiz questão de fazer esse esclarecimento para que as pessoas que estão assistindo à CPI saibam efetivamente a verdade.

A presidência vai suspender os trabalhos durante 15 minutos.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 12h07min, a reunião é reaberta às 12h39min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro reaberta a sessão às 12 horas e 39 minutos.

Estamos retomando os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto por até 25 minutos.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Muito obrigado.

Antes de qualquer coisa, eu gostaria de agradecer a Deus, agradecer aos demais parlamentares, aos membros desta CPI, à imprensa, às pessoas que estão nos acompanhando pela TV Câmara Distrital e agradecer a presença do senhor, coronel Leitão, por estar aqui hoje.

Eu também gostaria de iniciar minha fala parabenizando o deputado Hermeto pela sua fala em relação ao seu relatório, falando que vai ser imparcial, que vai ser coeso, que vai ser coerente e que não vai haver achismo. Eu fiquei muito feliz com isso.

Hoje é uma oitiva muito especial, porque é a nossa última oitiva, presidente Chico Vigilante. Depois de 9 meses de abertura desta CPI, eu gostaria de recordar alguns fatos em relação à minha atuação durante esses meses.

No dia 9 de janeiro, já estávamos tendo as discussões aqui dentro, as discussões nos nossos

grupos de deputados, e eu era favorável a uma investigação. Quando havia um acordo para a escolha da presidência e da relatoria, eu fui o primeiro a afirmar a minha preocupação em termos de não haver um membro da esquerda em um desses cargos.

Os membros da CPI lembram desse dia, porque eu falei que precisávamos ter isenção e precisávamos ter imparcialidade. Da mesma forma que ia ser prejudicial haver 2 pessoas da direita, relator e presidente nesta CPI, ia ser prejudicial haver 2 pessoas da esquerda. Precisávamos mostrar para a população que não estávamos tomando partido.

Defendi desde o primeiro dia essa visão ampla, deixando de lado as paixões políticas, deixando de lado as ideologias. Eu pedi imediatamente, eu fiz o primeiro pedido da convocação do Anderson Torres, que era ministro do Bolsonaro, presidente do meu partido. Mas eu fiz a primeira convocação dele. Também pedi quebra de sigilo telefônico e bancário dele. Eu que solicitei isso.

Eu falo tudo isso porque eu quero trazer à tona, deputado Hermeto, o relatório que foi produzido pela senadora Eliziane Gama, mês passado, na CPMI do Congresso Nacional, eu quero falar de alguns trechos dele.

Na página 841, o relatório fala da culpabilização dos membros do GSI acerca de fatos do dia 8 de janeiro, estabelecendo culpa para todos os membros do comando, com exceção de 1. Fala assim:

"Nos termos da oitiva do general Marco Edson Gonçalves Dias que ocupava o cargo de ministro-chefe do GSI no dia 8 de janeiro:

Asseverou que, nesse dia, recebeu ligação, no período matutino, de Saulo Cunha, então diretor interino da Abin, que relatou sobre a possibilidade de intensificação das manifestações. Nova ligação foi feita posteriormente, às13h30, confirmando a intensificação das manifestações." (Adaptado.)

Em outro trecho diz:

"Ou seja, era de conhecimento dos integrantes do GSI que havia riscos concretos de atentado à integridade física de pessoas e de bens públicos."

Porém, "quanto à atuação do ministro-chefe do GSI, Marco Edson Gonçalves Dias, não se pode igualar a sua conduta àquelas dos seus subordinados, acima indiciados, já que efetivamente no cargo havia apenas 7 dias, ao passo que os seus inferiores hierárquicos eram evidentemente conhecedores de informações".

"Assim, ausente o dolo na conduta de Gonçalves Dias, não vislumbramos possibilidade de responsabilização do agente pelos referidos delitos." (Adaptado.)

Agora começam as contradições.

Em outro trecho a senadora traz os elementos que falam da culpabilização do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. Ela fala:

"De posse das informações repassadas pela Secretaria de Polícia Legislativa do Senado, o presidente do Senado entrou em contato com o governador Ibaneis Rocha, transmitindo a apreensão da Polícia Legislativa quanto à possibilidade de ocorrência de atos antidemocráticos, especialmente contra o Senado Federal" – igual o G. Dias recebeu. "Ibaneis, no entanto, garantiu que não 'teríamos' problema e que colocaria 'todas as forças nas ruas'.

Ibaneis Rocha, portanto, tinha pleno conhecimento do risco de ações violentas e, conforme amplamente sabido, o efetivo das forças de segurança do dia 8 de janeiro foi reduzido, ainda mais se considerarmos os inúmeros avisos de atos violentos que iriam ocorrer" – da mesma forma que o G. Dias foi avisado em inúmeras ocasiões. (Adaptado.)

Ou seja, o Ibaneis é indiciado, em razão de, supostamente, ter conhecimento prévio dos atos e não ter agido, de maneira que a relatora acredita ser a mais adequada, mas o homem que recebeu

5 alertas da Abin, entre os dias 5 e 8 de janeiro, que mentiu nesta CPI – sentado nessa cadeira em que o senhor está hoje, falou que não tinha recebido esses alertas – nem consta do relatório.

Um dos elementos para anistiar a conduta do G. Dias, de acordo com a senadora, é que ele só teve 7 dias para poder se organizar e que não houve transição, mas, como o deputado Pastor Daniel de Castro mostrou claramente aqui, houve transição, sim. Essa narrativa cai por terra, deputado Pastor Daniel de Castro.

Há outra questão que, lendo o relatório, que é muito extenso, salta claramente aos olhos. Na página 879 do relatório, no tópico acerca do indiciamento do procurador federal, a relatora escreve:

"Contudo, essa comissão não logrou obter provas contundentes relacionadas à atuação do mencionado subchefe de assuntos jurídicos, especialmente em razão do prazo do funcionamento do colegiado." (Adaptado.)

Assim, deputado Hermeto, pelo que foi até então apurado pela consideração, consideramos necessário o aprofundamento das investigações acerca das condutas de Renato Lima França para a apuração dos crimes eventualmente praticados. Crimes eventualmente praticados, deputada Paula Belmonte Paula. Ou seja, se você é o inimigo político da direita, você não precisa de provas para poder ser preso, para poder ser indiciado, mas, se você é da esquerda, eles estão passando o pano: inocente até o fim.

Por fim, eu queria falar do que está escrito na página 480 do relatório da senadora.

É dito que em 30 de novembro, foi realizada, na Comissão de Transparência, Governança e Fiscalização do Senado, uma audiência com deputados, senadores, influenciadores e lideranças de extrema direita que fizeram ataques aos Poderes e ao presidente eleito. Foi uma proposta que durou 11 horas, acompanhada por 140 mil pessoas, 40 parlamentares, etc., etc. E falam de algumas pessoas que participaram dessa reunião, presidente deputado Chico Vigilante. Uma delas é Bernardo Küster. Acontece que o senhor Bernardo Küster estava viajando em lua de mel no dia 30 de novembro, data em que ocorreu esse evento.

A senadora, quando percebeu o seu erro... Não sei se ela o fez de forma malfeita ou se foi de má-fé, mas ela anunciou a retirada, do relatório, da menção do Bernardo Küster. Se o relatório da senadora Eliziane Gama teve tantos erros básicos, primários, gritantes, como vamos confiar em um relatório assim? Não há como.

Hoje é o último dia das oitivas e, como o próprio relator falou, as convicções dele já estão formadas. Com todo o respeito ao senhor, coronel, existiam pessoas que precisávamos escutar muito mais do que o senhor, porque eu escutei as perguntas feitas por todos os membros desta CPI e não houve nada esclarecedor, nada que tanto eu quanto os outros parlamentares já não soubéssemos. Estou falando do ministro Flávio Dino.

Da mesma forma que o Ibaneis estava à frente, Flávio Dino estava à frente de toda a operação dessa crise. O mais curioso – vou continuar falando, já falei em outras reuniões, e eu vou falar de novo – é que Ibaneis foi afastado e permaneceu afastado por 66 dias para se poder prevenir uma possível intervenção nas investigações, mas o ministro Flávio Dino continuou à frente do ministério, sem nenhum tipo de afastamento para ocorrer isenção nas investigações, deputado Thiago Manzoni.

O Dino não ser investigado é uma vergonha. É uma vergonha ele não estar sendo investigado! Mas talvez – igual ao que o pastor Daniel de Castro falou – eles não queiram investigar o Flávio Dino, porque às vezes eles cheguem a outros problemas, como a rede de relacionamento do ministro, como as relações com o crime organizado, com o Comando Vermelho.

Todos têm me perguntado insistentemente, e eu tenho me perguntado insistentemente, quem não deve não teme: o que o Dino e os seus protetores têm para esconder? Eu nunca vi uma declaração tão vergonhosa quanto à do dia em que o Dino disse que não iria à convocação da Câmara Federal, porque ele estava com medo, porque ele se sentia inseguro. Mas, para subir no

Complexo da Maré, ele se sentiu totalmente seguro, porque lá é supertranquilo, nós sabemos. Existem pessoas que vão lá passear, visitar, tirar foto, não é assim? É assim. Mas, para ir para a Câmara Federal, ele estava com medo.

Hoje eu torço para que os representantes na Câmara Federal tenham coragem e assinem o pedido de *impeachment* do Flávio Dino, que neste exato momento já conta com 48 assinaturas.

Passaram-se 10 meses nesta CPI, e há muita coisa que ainda não esclarecemos. É muito vergonhoso.

Quero falar aqui de umas datas marcantes das investigações dos atos antidemocráticos, supostamente.

No dia 7 de fevereiro, o Lula colocou sob sigilo a íntegra das imagens dos ataques ao Planalto. Colocou-as sob sigilo.

No dia 19 de abril, graças à CNN, os vídeos do G. Dias dentro do Palácio andando, desfilando, servindo água, foram divulgados.

No dia 29 de julho, Flávio Dino negou à CPI acesso aos vídeos das câmeras de segurança, mas veio o STF e mandou o Dino disponibilizar as imagens. Daí ele disse que as imagens, deputado Gabriel Magno, das câmeras de segurança foram apagadas. Ai, que pena, nossa, que azar, que azar que as pessoas deram que essas imagens foram apagadas! Mas, um dia depois, ele conseguiu recuperá-las de forma milagrosa. Câmeras que funcionam em circuito interno, ou todas funcionam, ou nenhuma funciona, mas ele conseguiu recuperar 4 dessas imagens, 4 câmeras, 4 de 185. Ele recuperou 2% das imagens, fez o papel dele.

No dia 31 de agosto, houve o depoimento do G. Dias à CPMI, que apresentou várias contradições. E não foi só na CPMI, ele mentiu aqui, ele mentiu lá, ele mentiu para a Polícia Federal, mas a senadora Eliziane Gama o isentou de qualquer tipo de responsabilidade.

E, no dia 18 de outubro, o relatório dela foi aprovado.

Eu vou falar uma coisa: esse relatório da Eliziane Gama – para mim, deputado Hermeto – e lixo é a mesma coisa. Ela está achando que nós estamos nos anos 2000 ainda, quando a informação era divulgada de forma centralizada, quando não existiam redes sociais, blogueiros, Instagram, Facebook, TikTok, TV Câmara, para o povo poder apurar os fatos. Ela esquece que nós estamos em 2023.

O relatório dela é a coisa mais incoerente e insensata que eu já li na minha vida. E não é à toa que o Flávio Dino quer tanto passar o PL da Censura. Não é à toa! Ele já conseguiu tirar o povo da rua, igual o pastor falou, e botou medo, e agora ele quer fazer as pessoas não poderem falar o que pensam nas redes sociais.

Já chegaram pessoas para mim, coronel, próximas minhas, amigos, colegas aqui da casa e até parentes e falaram: "Joaquim, vai com calma, não fala tanto do Dino, não" – já falaram isso para você? –, "Não fala tanto do Dino, não. Imagina se esse homem vira ministro do STF, você vai ser perseguido". E eu vou falar uma coisa: eles não estão errados, não, porque nós vemos essa perseguição hoje.

Nós vemos essa perseguição nítida, mas eu sinto que é minha obrigação falar essas coisas, porque há milhares de pessoas querendo falar, há milhões de pessoas querendo criticar o (Palavra retirada a pedido do presidente da CPI.), mas não falam, porque têm medo de serem perseguidas. Há pessoas querendo ir para a rua manifestar insatisfação com o governo, mas têm medo de ser presas. Então, eu falo por elas. Eu falo porque, como representante do povo, eu tenho esse direito.

O Dino foi omisso, ele merece ser indiciado, relator deputado Hermeto. Ele não quis cooperar com as investigações, o seu ministério acolhe e atende traficantes e, por isso, acredito que ele deve sofrer um processo de *impeachment.* Saiu uma pesquisa da Datafolha, em setembro, mostrando que a pasta dele é a mais incompetente do governo federal. A maior taxa de insatisfação, falando que o

maior problema do país é a segurança pública, 17% dos entrevistados falaram isso e 71% falaram que se sentem inseguros.

Eu falo ainda mais, eu tenho certeza de que ele não atendeu ao convite de comparecer a esta comissão, em uma oitiva, porque ele sabia que, se tivesse se sentado nessa cadeira na qual o senhor está, ele iria ser desmascarado e iria passar muita vergonha.

Para finalizar, deputado Chico Vigilante, falei, agora há pouco, que as pessoas estão com medo de criticar o (Palavra retirada a pedido do presidente da CPI.). Eu não preciso nem falar quem é o (Palavra retirada a pedido do presidente da CPI.), porque, quando se fala sobre isso, as pessoas já sabem. E eu queria convidar todo mundo que está assistindo a nós pelas redes sociais... Um fato muito curioso, quando você entra no Google, se você escrever: "Quantos anos tem o (Palavra retirada a pedido do presidente da CPI.)?" Vai aparecer lá a idade do (Palavra retirada a pedido do presidente da CPI.). Se você botar: "Qual é o nome da esposa do (Palavra retirada a pedido do presidente da CPI.)?", só isso, vai aparecer o nome da (Palavra retirada a pedido do presidente da CPI.).

Estamos vivendo em um mundo que nem precisa falar quem é o (Palavra retirada a pedido do presidente da CPI.), todo mundo já sabe. Além de (Palavra retirada a pedido do presidente da CPI.), é um baita de um (Palavra retirada a pedido do presidente da CPI.). Acabou de fazer uma postagem, prestando solidariedade ao ministro Flávio Dino, falando e reiterando que nunca teve encontro com esposa de líder de facção criminosa, que não existem fotos. Gente, há vídeos em que ela discursa.

O Metrópoles mostrou o vídeo e relatou: "Despesas foram custeadas pela própria pasta". O que mais precisamos ter enfiado na nossa cara para ver que o que a esquerda quer é dominar as informações, é falar o que quer? São eles que criam as *fake news*.

Por isso, deputado Hermeto, o seu papel agora é fundamental. Eu sei que o ministro Flávio Dino concedeu o aumento de 18% para as forças de segurança. Isso foi bom, mas nada mais do que a obrigação dele, porque as forças de segurança do DF merecem. O seu papel agora é botar os culpados para responder pelos seus atos. Além do Flávio Dino, o G. Dias precisa ser culpabilizado. A Eliziane passou o pano, mas eu tenho de certeza de que o senhor não vai passar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu peço à taquigrafia que retire das notas taquigráficas os ataques insanos feitos à pessoa do presidente da República.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra, por 15 minutos, ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, presidente, boa tarde coronel Reginaldo.

Antes de iniciar as minhas questões, quero tecer 2 comentários importantes, mas vou me focar no seu depoimento, Reginaldo, fazendo-lhe perguntas, porque esse é o objetivo desta CPI. Para nós, isso é fundamental, porque uma parte deste parlamento – o senhor deve ter percebido já – abandonou as investigações e o próprio objeto desta CPI. A essa parte do parlamento esta CPI não interessa mais. Está tratando de outros temas aqui.

Presidente, quero fazer um comentário, porque também é importante trazer elementos da realidade. Até o fiasco das manifestações da extrema direita em defesa do Bolsonaro é culpa do Lula e do PT. Eles não conseguem mais botar ninguém nas ruas, estão desmoralizados pela destruição que fizeram neste país. "Ah! flopou o ato de ontem. A culpa é do Lula. A culpa é do PT." As pessoas não foram para a rua porque estão com medo. É... (Risos.)

Presidente, eu gostaria de fazer devido comentário sobre outra questão recente. Quanto às visitas indicadas pelos governadores dos estados ao Ministério da Justiça, esquecem de dizer que

quem pediu que viesse a pessoa ligada a um traficante foi o governador Wilson Lima, do Amazonas, bolsonarista, do União Brasil. Para quem não lembra, ele é réu por fraude na compra dos respiradores, enquanto a população do seu estado morria sufocada por falta de oxigênio nos hospitais. Foi esse que confirmou – é fato! – que a indicação partiu do Governo do Estado do Amazonas.

Quem gosta de ter relações com milicianos e agentes do crime está no Condomínio Vivendas da Barra, no Rio de Janeiro. Até condecoraram e visitaram miliciano.

Enfim, presidente, quero trazer esta última oitiva. Ela é muito importante, porque a presença do coronel Reginaldo Leitão nos traz pontos fundamentais para fechar este ano de várias investigações. O primeiro é a confirmação de quem, de fato, organizou o que aconteceu no dia 8 de janeiro, neste país. Foi uma tentativa de golpe, não foi nada aleatório. O senhor, nas respostas a algumas perguntas, confirma isto: houve uma organização.

A extrema direita até tenta, de maneira confusa, dizer o seguinte: no dia 8, não havia ninguém no acampamento. Vieram todos de fora. *Ok.* Confirma a tese de que houve uma organização para trazer as pessoas de fora. Quem organizou? O ex-presidente inelegível Bolsonaro e seu clã. Seu grupo de milicianos e golpistas, inclusive, financiou, pagou os ônibus e manteve de pé um acampamento ilegal.

Coronel Reginaldo, nas suas palavras importantes, o senhor disse: "Em 30 anos de Polícia Militar, nunca vi algo parecido, um acampamento em frente ao quartel-general".

Em outra tentativa que eles fazem de confundir, não se trata do direito à manifestação. Estamos falando de um episódio que, como o senhor mesmo disse, nunca tinha acontecido antes. Foi um episódio organizado e estruturado para tentar dar um golpe de Estado no nosso país.

Coronel, esta CPI tem uma tarefa e uma expectativa. O relatório da CPMI, aprovado no Congresso Nacional, apontou brilhantemente a organização, a sistematização e a responsabilização do grupo político que tomou de assalto e corrompeu o Estado brasileiro, nos últimos anos. Foi corrompida, inclusive, parte das pessoas das forças de segurança. Vimos o que aconteceu na Polícia Rodoviária Federal, inclusive com o ex-diretor preso. Vimos até, no último período, mudança de ministro da justiça para poder proteger a família quando havia divergência na indicação do diretor da Polícia Federal. Há essa tentativa de aparelhamento muito bem exposta no relatório da CPI, mas há uma expectativa desta CPI de investigar e apontar as falhas, as responsabilidades e as omissões do poder local e das forças de segurança.

O senhor disse – e acho muito importante a sua resposta – que houve uma falha na Polícia Militar. Houve outras falhas também. No nosso entendimento, esse processo foi articulado no conjunto desses erros e dessas falhas. Há uma pessoa-chave nesse processo de indicação, o elo entre o Bolsonaro, o bolsonarismo e o governo Ibaneis. Essa pessoa se chama Anderson Torres, secretário de segurança pública do Distrito Federal à época, nomeado pelo governador, sabendo-se de todos os riscos que essa nomeação e essa decisão política trariam e trouxe.

Anderson Torres foi um agente que operacionalizou a tentativa do golpe de Estado e, na nossa opinião, como indica o relatório da CPMI, foi responsável por esse processo de falhas e erros graves que aconteceram no Distrito Federal.

Quero iniciar, então, minhas questões, coronel, trazendo sempre a verdade, que é o objetivo desta CPI.

No dia 8 de janeiro, de onde iniciou a caminhada, a marcha que invadiu os 3 prédios da República com a tentativa e o objetivo nítido de um golpe de Estado? De onde começou? De onde saíram essas pessoas que, mais no final do dia, invadiram os 3 prédios da República?

REGINALDO LEITÃO – Deputado, do SMU, do Setor Militar Urbano.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O que havia ali, coronel, no Setor Militar Urbano?

REGINALDO LEITÃO – O acampamento.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Ou seja, o local escolhido pelos golpistas, para iniciar a marcha, foi o acampamento. E aqui querem tentar dizer que o acampamento não tinha nada a ver com o que aconteceu no dia 8! Tinha tudo a ver! Tanto é, que foi o espaço escolhido por eles para iniciar a marcha. Vimos – vários, inclusive, que estiveram sentados na cadeira em que o senhor está disseram isto – sucessivos erros das forças de segurança. O diretor-geral da Polícia Federal, inclusive, afirma que a Polícia Militar poderia ter impedido a entrada desses golpistas na Esplanada, o que evitaria a chegada deles à Praça dos Três Poderes e aquilo tudo que aconteceu.

O senhor, inclusive, colocou que uma das falhas foi justamente o rompimento dessas linhas e barreiras. Mas o acampamento era central nesse processo. Não é uma coincidência que o local do início da marcha golpista tenha se dado lá.

O senhor disse, coronel... Duas questões nos chamam muito a atenção nesse processo. A primeira, que também comprova a organização do grupo que governou o Brasil nos últimos anos e foi o responsável pelo processo de destruição, o senhor falou 2 vezes: tínhamos um problema para tentar identificar e confirmar informações, por conta das *fake news*. Era preciso antes identificar... Porque fake news é um nome talvez um pouco menos feio para mentira, para uma prática criminosa de organização política que usava a mentira para tentar justificar ações políticas. Foi dito que o presidente Lula não iria subir à rampa; os *flyers* pela tomada do poder...

E o senhor disse que todo esse processo viralizava no meio de várias mentiras que já descobrimos. Recentemente, o Mauro Cid, na sua delação, inclusive afirma a operação do gabinete do ódio, responsável por disseminar essas mentiras, essas *fake news,* para tentar confundir, desorganizar inclusive as próprias forças de segurança, o que é de um grau de irresponsabilidade tremendo.

E há uma outra questão, um termo que o senhor usa, que é: "Nesse monitoramento do dia 5, do dia 6, do dia 7 e do dia 8, estava tudo tranquilo, até o momento em que ficou mais grave". Eu já questionei outros vários que passaram aqui. Qual é o entendimento da palavra "tranquilo" nesse processo? Eu entendo que pode ser um termo mais técnico, do ponto de vista do que se estava vendo. Mas, se já havia – e a fração da inteligência já apontava – chamadas para a tomada do poder – "o presidente não vai subir a rampa" –, como é que se justifica o chamado de tranquilidade em um momento em que estava nítida e notória uma tentativa de golpe de Estado – tomar o poder é impedir que o presidente eleito suba a rampa? Só para eu tentar entender em que contexto a palavra "tranquilo" se encontra, coronel.

REGINALDO LEITÃO – Deputado, como eu falei, quando nós recebemos qualquer tipo de *flyer*, qualquer tipo de informação vinda da internet, os nossos analistas entram no circuito. Então, a gente tenta justamente verificar a quantidade de acessos, a quantidade de *likes* e, eventualmente, quais são as pessoas que estão acompanhando esses comentários. Então, é dessa forma que a gente tenta verificar o engajamento nesses movimentos. Na verdade, até o dia 6, o acampamento foi esvaziado. Então, realmente isso dava um indicativo para a gente de que não haveria tanto engajamento, muito embora, como o senhor mesmo falou, a gente já tivesse essa informação desde o dia 3 ou 4, desde antes disso. E, realmente, começou a chamar a nossa atenção a partir dessas mensagens da ANTT, a partir da tarde do dia 6, de sexta-feira. Então, é dessa forma. Então, assim, a informação de que estava, até determinado momento, tranquilo era com base nisso.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – A minha pergunta, só para eu tentar entender também a dinâmica interna das forças de segurança, é se essa palavra pode condicionar o próprio humor da tropa na rua. Porque o senhor mesmo disse: "Tinha um acompanhamento da inteligência no acampamento, que não era tranquilo". Havia pessoas, ali, mais violentas; havia graus diferentes. Então, não havia só senhoras rezando. Havia pessoas violentas naquele processo. Aí, talvez, quando a inteligência diz "Olha, está tudo tranquilo", isso influencia ou pode influenciar no humor da tropa que está na rua? Não, se está tranquilo, baixa um pouco a guarda? Senão, "Olha, gente, é grave, é

preocupante, tem gente violenta e querem tomar o poder". Isso tem algum impacto, pela sua experiência como policial militar?

REGINALDO LEITÃO – É, da maneira como o senhor falou agora, tem total impacto. Mas o que a gente observa é isto, assim: no dia 6, a gente tinha um cenário e esse cenário foi evoluindo até o dia 8. E, no dia 8, a gente teve o rompimento da barreira. Então, assim, a situação foi evoluindo. A gente não disse, no dia 8 mesmo que estava tudo tranquilo. Isso não foi dito. A gente já percebia que estava havendo uma modificação. Realmente, quando eles romperam, a gente foi realmente surpreendido, porque a gente já estava vendo a situação evoluir, mas jamais imaginava que fosse acontecer da maneira como aconteceu.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, coronel. Isso é importante. Talvez haja um outro aspecto desses erros e dessas falhas. Não se tentou identificar e, na minha opinião, isso está conectado, como eu disse primeiramente aqui. Houve uma tentativa orquestrada e ela tinha um elo de relacionamento com o poder local, que, na minha opinião, ajudou a operacionalizar o que aconteceu no dia 8, tentando trazer ou transparecer que nada iria acontecer.

Uma questão que me surpreende é como quase todo o comando das Forças de Segurança estava de férias naquela semana, inclusive o senhor, que voltou no dia 6.

Coronel, há mais uma questão. Quanto à reunião do dia 7 com a Polícia Federal, o senhor disse que não foi informado da reunião e que nela não havia ninguém da inteligência da Polícia Militar. A inteligência da Secretaria de Segurança Pública estava presente, a Marília. O senhor tem informação sobre isso? Deveria estar, pelo menos.

REGINALDO LEITÃO – Não tenho essa informação.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Qual era sua relação com a inteligência da Secretaria de Segurança Pública ou com a própria Marília? Vocês trocavam muitas informações? Ela as repassava? O senhor disse aqui que ela não repassou essas informações que seriam fundamentais, inclusive, para se organizar a tropa da Polícia Militar que estava no dia. A Polícia Militar foi para o dia 8 no escuro, sem essas informações. Como era a sua relação com a Marília? Como era a relação da inteligência da Polícia Militar com a segurança pública? Ela funcionava bem, falhou nesse dia ou já havia problemas?

REGINALDO LEITÃO – Não. Não tinha problemas, totalmente técnica. A relação não é do coronel Reginaldo com a secretária Marília. Antes dela teve outros, o George, o doutor George estava à frente; tudo sempre feito de maneira muito técnica. Então, não houve essa falha de comunicação entre a SI e o CI. Não houve.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, coronel. Estou encerrando minha indagação.

Senhor presidente, eu gostaria de terminar dizendo que houve uma tentativa de golpe orquestrada e organizada pelo Bolsonaro e pelo bolsonarismo e, infelizmente, o Governo do Distrito Federal, o governo Ibaneis, foi, no mínimo, conivente e falhou no dia 8.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra por até 15 minutos, na condição de suplente, o deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Bom dia a todos. Bom dia, coronel Reginaldo.

Esta é a nossa última inquirição na CPI do Distrito Federal. Coronel, os olhos do Brasil estão voltados para esta Câmara Legislativa. Eu agradeço a Deus por me permitir ser um ator em um momento tão importante da história brasileira. Deus me permitiu estar na Câmara Legislativa e estar na CPI participando de tudo isso, de alguma maneira, contribuindo para que a verdade seja alcançada.

Coronel, eu gostaria de iniciar mencionando um trecho do hino da Polícia Militar do Distrito Federal, que diz assim: "Nós queremos que a pátria nos ame, nosso brio e valor tendo em conta". Eu gostaria de, na pessoa do senhor, cumprimentar toda a Polícia Militar do Distrito Federal e dizer que

os pais e mães de família do Distrito Federal amam os senhores e amam a Polícia Militar do Distrito Federal. Obrigado pelo trabalho de vocês na nossa defesa. Obrigado por colocar em risco a própria vida para defender a vida daqueles que os senhores nem conhecem.

Tendo feito esse agradecimento formal e público à Polícia Militar do Distrito Federal, eu gostaria de entrar em um segundo assunto, que são as atribuições da Força Nacional naquele dia. Para isso, eu preciso ler, inicialmente, o Código de Processo Penal Brasileiro, que diz, no seu artigo 301: "Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito". Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: I – está cometendo a infração penal.

A Força Nacional estava assistindo à depredação dos prédios públicos e não se moveu. Não é que eles podiam ter agido, eles deveriam ter agido, auxiliando os senhores da Polícia Militar do Distrito Federal, auxiliando a Polícia Legislativa, auxiliando o pessoal que estava no Palácio do Planalto. Não o fizeram.

Nós gostaríamos de inquirir o coronel Sandro – se não me falha a memória, esse é o nome dele – para que ele nos explicasse isso, porque ele estava à frente da Força Nacional. Nós aprovamos o requerimento para que ele fosse ouvido. Nós queríamos ouvi-lo aqui, mas veio o senhor, hoje, no último dia.

O que o deputado Joaquim Roriz Neto falou é verdadeiro, não há nenhum demérito com a pessoa do senhor. É porque já ouvimos a Polícia Militar várias vezes, mas a Força Nacional, que tinha o dever de agir e não agiu, não ouvimos. Não ouvimos também, infelizmente, o ministro Flávio Dino, que faz parte desse contexto, porque a Força Nacional estava parada na frente do Ministério da Justiça e não agiu, sabe Deus a mando de quem.

Eu gostaria também de trazer para nós um outro aspecto que eu reputo muito relevante nessa discussão, porque foi dito que a Força Nacional não podia agir sem a autorização do governador, sem um pedido formal do governador Ibaneis. Isso não é verdade, porque agente policial tem o dever de agir. Mas olhem que interessante, olhem o que diz o *site* do Ministério da Justiça no dia 7 de janeiro deste ano, um dia antes, portanto, dos eventos do dia 8: "Em razão das manifestações políticas no centro da capital federal, o ministro da justiça e segurança pública Flávio Dino assinou, neste sábado, 7, a Portaria nº 272/2023, que autoriza o emprego da Força Nacional de Segurança Pública entre a Rodoviária do Plano Piloto e a Praça dos Três Poderes. Os mobilizados atuarão na proteção da ordem pública e dos patrimônios públicos e privados." Isso é o que diz o *site* do Ministério da Justiça.

Eu vou ler a portaria também, apesar de ter pouco tempo. Portaria nº 272, de 7 de janeiro de 2023, em que o ministro de Estado da justiça e segurança pública, no uso de suas atribuições, resolve: "Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública – FNSP, para auxiliar na proteção da ordem pública e do patrimônio público e privado entre a Rodoviária de Brasília e a Praça dos Três Poderes, assim como na proteção de outros bens da União situados em Brasília, em caráter episódico e planejado, nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023".

É batom na cueca. Não há jeito. Pode-se tentar esconder, mas não há jeito. Não há jeito, assim como não há jeito de proteger o ex-ministro Gonçalves Dias. Não há jeito. É documental. É documental. Nem é preciso ouvir. Está documentado. Está no *site* do Ministério da Justiça, porque ele o assinou no dia 7. Inevitavelmente, chegar-se-ia ao ministro Flávio Dino. Era inevitável que se chegasse a ele. Chegou-se. Chegou-se. E chegou-se em um momento em que é muito crítico para ele. É muito crítico.

Para o governo Lula, é um momento muito crítico, muito perigoso. Por quê? Porque há o vice-presidente da República fazendo acenos ao setor produtivo do Brasil, dizendo que o Brasil precisa de uma reforma administrativa e da diminuição do tamanho do Estado. Nós já vimos esse filme antes. Ao mesmo tempo, há o Ministério dos Direitos Humanos financiando a vinda para Brasília, pagando para que viesse a Brasília a esposa do líder do Comando Vermelho no Amazonas. É

inevitável que qualquer pessoa que tenha um cérebro entre as 2 orelhas pense assim: "Uai, o ministério está pagando para a esposa do traficante vir até Brasília? Ela foi ao Ministério da Justiça e fez reuniões? Mas calma aí... O ministro Flávio Dino não foi à Maré sem necessidade de aparato policial para protegê-lo? Como pode isso?" Qualquer pessoa que combata o crime organizado não entra em regiões dominadas pelo tráfico sem reforço de segurança.

As pessoas têm o direito de pensar que nós voltamos ao tempo dos diálogos cabulosos, nas palavras de um líder do PCC, que falou assim: "O PT tinha diálogo com nós cabuloso". O representante do Ministério da Justiça falou publicamente que a intenção é de fazer diálogos construtivos. Construir com a esposa de um dos maiores traficantes do Brasil, conhecido como Tio Patinhas, que está preso no Amazonas? O que se quer construir? É um narcoestado que se quer construir? É isso que queremos para o Brasil? Eu não quero isso. Eu tenho certeza de que a população do Brasil não quer isso.

Então, calhou de esta CPI acabar em um momento muito ruim. Nós chegamos nessas pessoas, apesar de elas não terem sido ouvidas aqui. Infelizmente, não foram ouvidas.

Há muitas matérias jornalísticas que eu trouxe, mas não vou lê-las, porque meu tempo passa, e passa rápido.

Coronel Reginaldo, eu tenho apenas uma pergunta ao senhor. O senhor confirma a informação de que havia pessoas carregando bolas de gude e estilingue na manifestação ou nos atos criminosos que aconteceram no dia 8 de janeiro de 2023?

REGINALDO LEITÃO – Sim, deputado. Foi encontrado com alguns manifestantes esse tipo de material.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Eu agradeço a sua resposta, coronel, porque, em 2014, a BBC publicou matéria jornalística falando sobre o Movimento Black Bloc. Uma das táticas daquele movimento era utilizar bolas de gude e estilingue. Você não dá golpe de Estado com bola de gude e estilingue. É uma imbecilidade imaginar que alguém vai pegar bola de gude e estilingue e vai dar um golpe de Estado. Isso não existe. Mas elas podem cometer crimes com bolas de gude e estilingue. Isso é verdade. Muitos cometeram. Essa é a tática *black bloc*, um movimento que tomou as ruas em 2013 e 2014, naquelas manifestações que começaram pelos 20 centavos do transporte público de São Paulo, e eles aterrorizaram o Brasil. A BBC publicou as táticas deles. Entre elas, bolas de gude e estilingue.

A *Veja* publicou, também, em 2014. Abro aspas para a revista *Veja*: "PSOL, PSTU e PT comandam sindicatos ligados a *black blocs*. Levantamento mostra que 61 filiados a PSOL, PSTU e PT ocupam cargos de dirigentes do Sindipetro, do Sepe e do Sindsprev no Rio."

Havia ou não havia infiltrados nessas manifestações? Eu não posso chegar a outra conclusão – de que havia pessoas ali infiltradas. É óbvio que havia! É batom na cueca. A prática de ficar jogando bola de gude contra a polícia com estilingue nunca foi da direita. A direita fez 10 anos de manifestações pacíficas no Brasil, como foram pacíficas as de ontem, na Avenida Paulista, em Brasília e como haverá tantas outras – e haverá tantas outras! – até que esse governo seja removido novamente, de maneira democrática – novamente!

Então, essas táticas *black blocs* são típicas de esquerda, do PT e das suas linhas auxiliares. Elas estavam presentes no dia 8, o que significa dizer que, no dia 8, havia gente infiltrada, sim. "Ah, mas houve gente de direita que desceu lá." Houve, sim. Eles estão pagando pelos crimes que cometeram. Alguns estão pagando também por crimes que não cometeram. Mas há gente que cometeu crime e está pagando. Então, esta CPI, coronel Reginaldo, vai chegando ao final, colocando muita coisa diante da população brasileira. Ela está escancarando, diante da população brasileira, o que, de fato, aconteceu no dia 8 de janeiro.

Eu já falei algumas vezes com o deputado Hermeto. Eu tenho pedido a Deus que dê sabedoria e força para ele, para enfrentar o sistema e ter a coragem de fazer justiça no relatório

dele. É verdade, houve falhas da Polícia Militar do Distrito Federal. Eu tenho quase certeza de que alguns dos nossos coronéis serão indiciados pelos erros que cometeram, mas esta CPI tem a oportunidade de mandar um recado claro para o Brasil, de que nem todos os parlamentares são iguais, de que nem todas as casas de lei passam pano para o governo do momento, para o governo atual.

O governo federal tem que responder, sim. Está muito claro para nós que o general Gonçalves Dias tem culpa, está muito claro para nós que o ministro Flávio Dino tem culpa. Eu sei que o ministro não será indiciado, porque o deputado Hermeto já falou aqui: "Eu não vou indiciar quem não veio aqui". Mas que ele tem culpa, tem!

Ele tem que ser pelo menos citado, como tem que ser citado o coronel responsável pela Força Nacional. É injusto que a cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal esteja presa até hoje sem receber salário! Nessa hora, não há uma voz para se levantar para falar da dignidade da pessoa humana! Aliás, um dos motivos da vinda da senhora esposa do Tio Patinhas – eu sei a alcunha, mas não sei o nome dele –, uma das razões pelas quais ela disse que veio aqui é pela dignidade humana dos detentos lá no Amazonas. Eu não vejo uma voz se levantar pela dignidade humana dos coronéis da Polícia Militar do Distrito Federal, da Polícia Militar do DF que estão presos. Aqueles homens não merecem passar pelo que eles estão pensando. Eles foram feridos em combate no dia 8 de janeiro! Eles estão sem salário! A família deles está passando necessidade! Tem vaquinha *on-line* para as pessoas doarem, para que a família deles tenha sustento. Onde estão os deputados que tanto bradam por direitos humanos e dignidade da pessoa humana?

Faz-nos pensar, deputado Pastor Daniel de Castro, que o direito é dos manos mesmo. E há evidências quanto a isso. Os valores estão invertidos. Nós penalizamos quem nos protege e *glamourizamos* os criminosos. Está tudo errado! Está tudo errado. Não é certo isso. Esses não são os valores que nós queremos para os nossos filhos e para os nossos netos. Polícia não é bandido. E bandido não é herói. E não pode ser tratado como se fosse herói. E não pode vir aqui representando ONG, ou o que quer que seja, ou esposa de traficante, e fazer uso da palavra em evento oficial de ministério de Estado. Não pode! "Ah, mas eu não sabia." Não interessa que não sabia! Não pode! É motivo para *impeachment,* e nós não vamos permitir que o Brasil seja virado de cabeça para baixo.

Esse filme – eu comecei dizendo – nós já vimos e nós veremos outra vez, porque o Brasil não aceita esse tipo de coisa. O brasileiro médio não aceita isso.

Coronel, obrigado pela sua presença, Deus abençoe o Brasil.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra por até 15 minutos, na condição de suplente, a deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Boa tarde. Que Deus nos abençoe.

Eu quero agradecer a presença do senhor aqui. O senhor tem um significado importante. Esta audiência tem um significado importante, que é o significado de nós estarmos concluindo uma parte da CPI. Eu fiz um pedido aqui para que pudéssemos ter mais oitivas – como foi dito aqui para os parlamentares que me antecederam; e eu me sinto muito bem representada pela fala deles –, pois nós temos pessoas importantes que gostaríamos de escutar.

Eu registro a importância do senhor, a importância da inteligência, mas eu também quero registrar que a vinda do senhor aqui foi uma armação, porque o senhor veio aqui só para tampar o buraco de muitos outros que precisavam estar aqui para serem ouvidos. E, na realidade, a sua vinda aqui foi para que pudesse preencher uma lacuna que não querem enfrentar.

Eu digo isso com muita transparência, com muita tranquilidade, porque eu como parlamentar aqui e como a única mulher presente nesta CPI – temos outras parlamentares, mas que não tiveram atuação aqui – acho que eu tenho o dever, nessa última oitiva, de fazer um resumo do que aconteceu aqui.

Primeiro, nós tivemos várias violações do nosso Regimento Interno: o cerceamento da

palavra, o cancelamento da palavra. Nós tivemos aqui... Eu, por exemplo, tive fechado o meu microfone algumas vezes, como mulher. O que foi falado aqui, como: "Vamos retirar dos Anais da Câmara"... Isso aqui não é uma ditadura, não é a ditadura que o PT quer colocar para a população brasileira. Nós temos o direito de falar. Cercear a palavra de um parlamentar aqui, por mais que eu não goste, nenhum de nós tem direito a isso. Nenhum de nós tem direito a isso.

Hoje foi falado que, quando se faz uma pesquisa no Google com a pergunta "quem é o maior ladrão do mundo?", "quem é o maior ladrão do brasileiro?", a resposta todo mundo sabe. Tanto é que o presidente desta casa pediu para tirar esses insultos. Insultos para quem? O presidente desta CPI pediu para tirar o insulto de quem? Do presidente Lula, o condenado por 3 instâncias. É isso.

Esse cerceamento não pode acontecer, porque ninguém tem autoridade para fazê-lo. O ladrão subiu a rampa. Foi isso o que aconteceu.

É importante nós fazermos um resumo. Houve centenas de pessoas presas, e não foram centenas de pessoas presas no dia 8, não. Foram centenas de pessoas presas no dia 9, que estavam acampadas. Pessoas que foram enganadas e entraram em um ônibus, pois disseram a elas que iriam para um lugar, mas foram parar em outro.

É importante a população saber que isso foi falado aqui na CPI e que nós esperamos que isso seja colocado no relatório.

Há um número de pessoas que estão sendo condenadas a 17 anos de cadeia, usando tornozeleira eletrônica, com 60 anos, com 59 anos de idade. São pessoas que vieram aqui pra Brasília, sim, para se manifestar. E lembro o pessoal do PT, lembro o pessoal do PT: isso é constitucional. Isso é constitucional! A manifestação é livre e é assegurada pela nossa carta magna, que é a nossa Constituição federal.

Há pessoas que falam assim: "Deputada, por que você fala tão alto?" Eu falo alto porque, infelizmente, parece que esses caras não conseguem ver nem ouvir. Nós estamos falando da nossa Constituição federal, que nos assegura, sim, a livre manifestação.

Eu quero registrar que não estou aqui passando mão na cabeça de ninguém. Quem vandalizou, que seja preso e pague. Agora, que sejamos justos.

Esta CPI foi chamada – e eu fui autora do requerimento junto com o deputado Pastor Daniel de Castro, o deputado Thiago Manzoni e o deputado Joaquim Roriz Neto – para chamar o senhor Adriano Machado, mas não foi aceito. Foi articulado para que ele não viesse. Por que ele é diferente de outras pessoas? Houve, sim, jornalistas que foram chamados e estiveram aqui.

Então, que os senhores sejam coerentes com a fala, porque nós estamos aqui dando satisfação para o povo brasileiro, e esta CPI está sendo base para a esperança do Brasil. Esta CPI não está só no Distrito Federal, ela está no Brasil inteiro, e é por isso que nós temos que ter responsabilidade com esse relatório.

Nós ouvimos aqui, hoje, o presidente da CPI dizendo da omissão do Governo do Distrito Federal. Foi isso que ele falou, então que ele registre isso. Ele falou que se o governo, se o G. Dias não chamou a Guarda Nacional, é porque houve omissão do Governo do Distrito Federal. Porém, muitas vezes eu vejo algumas posturas aqui que são base do governo. Que sejam claros! Estão falando da omissão do Ibaneis? Então a enfrentem.

Eu sou uma parlamentar independente, e eu falo isso com muita tranquilidade. Eu mesma não acho justo o afastamento do Ibaneis. Não fiz um pronunciamento aqui, porque ele foi eleito no primeiro turno e eu acredito que ele tem que ser respeitado.

Agora, vamos ser coerentes. Falar para a imprensa uma coisa e fazer outra nas votações é diferente. E falar que houve uma omissão... Porque foi isto que ficou claro: a omissão. O presidente da CPI falou da omissão do Governo do Distrito Federal. Se era para ter feito e não foi feito, então foi omitido. Então, relator, essa fala tem que estar dentro do seu relatório, porque esta é a suposição do presidente da CPI, a omissão do Governo do Distrito Federal.

Outra coisa que é importante dizer é que nós tivemos aqui vários generais falando a respeito do acampamento. Havia ali 150 pessoas acampadas. Eu nunca fui a esse acampamento, eu nem sei como funcionava, mas o que foi falado aqui – e conheço várias pessoas que participaram e que foram – é que no acampamento, como havia alimentação de graça, havia muitos vulneráveis. É importante deixar claro que o acampamento foi superlotado do dia 7 para o dia 8, que houve uma reunião no dia 7 com o senhor diretor da Polícia Federal, Andrei, junto com a Secretaria de Segurança, e que o senhor afirma aqui que não foi chamado e não participou dessa reunião.

Por que a Polícia Federal não fez o que tinha que ser feito? Por quê? Aqui também recebemos o coronel G. Dias, e ele disse que não foi comunicado dessa reunião; o GSI não foi comunicado dessa reunião. Qual era o interesse? Eu, como parlamentar que estive em praticamente 100% das oitivas, que tive praticamente 100% de participação, quero dizer que existe uma omissão do governo federal – uma omissão do governo federal – e que essa omissão foi relatada e mostrada por vídeo, por palavra: não colocaram a Força Nacional.

Inclusive, eu mostrei um vídeo aqui da Força Nacional se recolhendo no meio da manifestação. Comandada por quem? Pelo senhor Flávio Dino, senador da República, ministro da Justiça e um debochado. Eu digo isto com todas as letras: debochado, porque ele está debochando do povo brasileiro. Ele é um Tio Patinhas. Ele é o amigo do Tio Patinhas, o Tio Pateta! Isto é o que está acontecendo: um senhor que pega as filmagens de mais de 130 câmeras que havia no Ministério da Justiça... E sumiram com elas, sumiram com elas! Ele não tem coragem de mostrá-las e falar disso. Ele fez com que centenas de pessoa estejam pagando o preço da própria omissão dele.

E com qual objetivo? É simples. O senhor acabou de falar: não se faz golpe de Estado com estilingue nem bola de gude. Não se faz golpe de Estado com estilingue e bola de gude! Mas o que eles queriam fazer? Eles queriam desmontar o acampamento. Eles queriam fazer com que a população que está se levantando, sim, com seus princípios cristãos, em defesa da família, em defesa das nossas crianças, em defesa do nosso Brasil verde e amarelo, tivesse medo.

Eles querem colocar um vermelho na nossa bandeira, eles querem colocar o Comando Vermelho dentro das nossas instituições! Nós estamos falando de uma primeira-dama, esposa desse tal Tio Patinhas – o Pateta é o próprio Dino –, falando e sendo paga pelo nosso dinheiro, o nosso dinheiro! Cada um aqui pagou um pouco para que ela viesse para Brasília com hospedagem paga, diária. É o fim da picada!

A primeira-dama do Comando Vermelho do Amazonas foi paga com o nosso dinheiro. Isso, aqui, não é ideologia nem de esquerda nem de direita, não. É onde está sendo colocado o nosso dinheiro. Enquanto, aqui, no Distrito Federal, nós temos, oficialmente, pela Secretaria de Desenvolvimento Social, 177 mil famílias em extrema pobreza. E nós estamos pagando diária para a primeira-dama do Comando Vermelho viajar. Então, tudo isso foi descoberto nesta CPI.

Quero conclamar, aqui, toda a população brasileira, porque eu sei que as pessoas nos acompanham. Eu sei que há pessoas até fora do Brasil, porque recebo mensagens de fora do Brasil, falando dessa atuação. Quero dizer para todos os senhores que nós tivemos, aqui, guerreiros, porque nós somos, simplesmente, deputados. Nós tivemos, aqui, 4 guerreiros dentro desta CPI, que fizemos de tudo que era possível para que pudéssemos mostrar a verdade para a população.

Quem fez? Quem quebrou? Pague. Mas, que, realmente, a Justiça no Brasil funcione e que ela traga individualização das condutas e que traga para cada cidadão o direito de se manifestar e o direito de se defender. Que ela traga a punição dos grandes corruptos que estão subindo, infelizmente, não só a rampa do Palácio do Planalto, mas também o Ministério da Justiça, o Ministério dos Direitos Humanos. Estamos vendo que todos os lugares estão sendo dominados.

Que nós, brasileiros e mulheres brasileiras que defendem a sua família... Eu, como mãe de 6 filhos, estou, aqui, perante os meus filhos e para o futuro das crianças, conclamando que todos nos levantemos, que nos unamos de coração, que não estejamos, aqui, em nenhum lugar extremo, mas que estejamos unidos pelo Brasil e por um Brasil mais digno, um Brasil que traga esperança e

oportunidade, porque este país é abençoado por Deus. Eu tenho certeza disso. Eu tenho convicção disso. A nossa responsabilidade é grande.

Por isso, eu peço ao relator, que o senhor pense e que seja tocado seu coração com o amor de Deus e com amor a esta pátria, para que o senhor... Eu sei que a pressão política em cima do senhor é grande. Eu sei que a nossa força de segurança é uma referência no nosso Brasil. Eu sei disso e consigo compreender. O senhor tenha a certeza de que o senhor terá apoio de todos nós para que o senhor possa fazer o possível para que esse relatório seja justo. A responsabilidade do senhor é muito grande. Que essa seja a voz dos brasileiros. Que esse relatório traga o fortalecimento dos verdadeiros brasileiros que são tantos homens, mulheres e crianças que estão sendo prejudicados por esse terrorismo que está sendo colocado pelo senhor Flávio Dino e pelo senhor que entrou como presidente da República, subindo uma rampa na qual deveria estar um homem mais digno, um exemplo para o nosso país. Infelizmente, não é esse exemplo que posso dar para o meu filho. Quando ele perguntar: "Quem é o presidente da República?" Eu vou falar: "Infelizmente, é um ex-condenado". Será que a roubalheira compensa? É esse exemplo que nós queremos dar para a nossa população?

Então, concluindo, eu peço a Deus... E quero dizer que todas as minhas palavras, aqui, não têm cunho pessoal nenhum por nenhum parlamentar, nenhum. Eu tenho, inclusive, muita consideração pelo presidente desta CPI, muita; tenho não só respeito, como também consideração.

Eu quero dizer que nós estamos com uma responsabilidade quanto à esperança da população. Isso aqui não é uma brincadeira. Tenho certeza de que não se leva isso como brincadeira. Há muitas famílias e muitas crianças chorando porque seus pais e suas mães foram presos injustamente, e, hoje, essas famílias estão amedrontadas.

Era isso.

Que Deus nos abençoe. Que Deus ilumine o senhor relator para que possa fazer um relatório possível, mas que seja o mais justo possível. Que o senhor enalteça a Polícia Militar do Distrito Federal.

Como eu já falei para o senhor, eu tenho algumas críticas a algumas atitudes da PM, principalmente sobre a questão de sobreaviso e prontidão. Mas quero que o senhor saiba que a Polícia Militar tem todo o meu apoio. É um absurdo, como foi falado, a nossa cúpula da Polícia Militar, com mais de 30 anos de dedicação à segurança pública do Distrito Federal, estar presa, sem recebimento. É muito sério o que está acontecendo.

Que possamos fortalecer a PM. Que o senhor conte conosco. Que Deus nos abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós estamos caminhando para o final da reunião, mas, antes de passar a palavra ao relator, que quer acrescentar alguma coisa, eu quero passar algumas informações.

Aquele cacique Serere, que se diz pastor, que era um dos inocentes, segundo a tese de determinadas pessoas aqui, que estava na porta do quartel e que disse que não tinha recebido a ajuda de ninguém... Nesta CPI, nós estamos com as provas de que só aquele Didi Pimenta passou para o cacique Serere 17 mil reais. Ao todo, deputado Hermeto, no período daquelas manifestações, o cacique Serere recebeu R$85.431,50.

Devo dizer mais: todo mundo tem o direito de fazer manifestações pacíficas, desde que não sejam pedindo golpe de Estado. Todos os que foram para as portas dos quarteis pedir golpe de Estado são criminosos e, por isso, estão sendo enquadrados. Ninguém foi condenado inocentemente. Ninguém foi condenado sem prova dos crimes praticados, até porque o ministro Alexandre de Moraes, a quem reputo um dos homens mais correto deste país... Nós estivemos lá com ele. O tratamento que todos os deputados desta CPI que estiveram com o ministro Alexandre de Moraes receberam foi digno da maneira que deve ser. Portanto, as penas estão sendo aplicadas por um jurista que está no cargo de ministro do Supremo e que está cumprindo o papel dele. É importante

que isso seja dito.

Quanto a essa questão dos ataques que são feitos ao ministro Flávio Dino, o ministro Flávio Dino foi juiz federal, é senador da República e foi eleito por 2 vezes governador do estado do Maranhão. Quem enviou essa pessoa que estão chamando de Madame do Tráfico não foi o ministro; quem a enviou foi o estado do Amazonas, que não é governado pela esquerda. Eu não quero aqui condenar um pastor que condecorou essa senhora lá no Amazonas. Ele também não sabia da condição dela. Ela foi coroada dentro de uma igreja lotada de pessoas, e a Polícia Militar chegou na hora e prendeu o marido e ela dentro da igreja. Eu vou dizer que o pastor é traficante por isso? Jamais.

Eu acho que é importante que as coisas fiquem claras aqui nesta CPI porque é fácil chegar aqui, atacar, atacar sem dar o direito de as pessoas que estão lá fora se defenderem.

Nós temos o convite aqui. Não tem armação nenhuma. A convocação do coronel que está aqui foi um requerimento do deputado Pastor Daniel de Castro, que fez muito bem em ter apresentado, deputado. Foi muito esclarecedor hoje o depoimento do coronel. Até então, ninguém tinha falado aqui, deputado Hermeto, das chamadas máquinas de choque que os facínoras tinham com eles. Até então, era só bola de gude, baladeira. Lá no Maranhão, chamamos de baladeira. Antigamente, quando podia, as pessoas usavam para matar pipira. Isso não pode mais. Quero até recomendar aos meninos, às crianças que estão assistindo a nós para não matarem os passarinhos com a baladeira. Mas hoje o coronel mostrou aqui que tinha máquina de choque. Alguém vai para uma manifestação com uma máquina de choque para quê? Por quê? A quem interessava estar lá com máquina de choque?

Antes de passar a palavra ao nosso relator, deputado Pastor Daniel de Castro, eu combinei com o relator que estamos marcando para o 29, às 9 horas da manhã, a sessão de apresentação do relatório e de votação do relatório no mesmo dia. Já combinei com o presidente desta casa. Dia 29 é uma quarta-feira. O plenário da Câmara Legislativa vai estar reservado o dia inteiro para a CPI. Portanto, é pretensão nossa ler o relatório e fazer o debate aqui. Se tivermos que sair para o almoço, sairemos, voltaremos e sairemos daqui com o relatório aprovado.

Relator, V.Exa. está com a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Eu queria dizer, após essa última sessão, que foram 9 meses e 9 dias. Exatamente isso, entre oitivas, depoimentos.

Quem me conhece, presidente, sabe que eu não sou de direita, eu não sou de esquerda, eu não sou radical, eu nunca fui. Eu comecei a minha vida pública como administrador regional de uma pequena cidade na qual eu moro, no governo do Arruda, em 2007, mais precisamente, como administrador. Naquela época – hoje posso até dizer como o deputado Pastor Daniel de Castro sempre fala –, nós inovamos. O administrador andava num carro com motorista e, naquela época, eu peguei minha moto e fui para a rua. Alguns me chamavam de doido. Eu colocava o meu celular no muro e atendia a população. Onde existia um buraco, eu anotava. E foi assim que eu comecei a minha trajetória política no governo Arruda.

Aconteceu tudo o que aconteceu com o Arruda, eu continuei administrador. Entrou o governo Agnelo, entrou o governo Rogério Rosso, o governo de transição. O MDB juntou com o PT, fizeram uma aliança. Eu era do MDB, sempre fui do MDB, o Filippelli era o vice-governador e o Agnelo era o governador. Eu voltei a ser administrador no governo do PT.

Então, de modo – vou usar a palavra do deputado Chico Vigilante, que sempre fala "de modo" – que eu não tenho esse negócio de extremismo de direita, de esquerda. Temos de servir à população. Estamos aqui é para servir à população que nos elegeu com a legitimidade do voto.

Votei no Bolsonaro, já votei no Lula. Já votei no Cristovam, já votei no... Roriz, não. No Roriz eu nunca votei, não. Votei no Arruda. Enfim, eu não tenho essa coisa comigo.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO – Não. Não votei na Abadia. Eu sempre transitei nos campos.

Deputada Paula Belmonte, muito obrigado pelas palavras. Realmente é pressão de todos os lados. Sabe por que estamos sendo pressionados? Porque a nossa CPI – não desqualificando a outra CPI, de modo algum –, até os depoentes que vieram aqui e lá no Congresso a defendem. Defendem a nossa CPI. Eles falam que aqui não houve espetáculo. Aqui foi uma CPI, realmente, séria; não houve aquele espetáculo de gente fazendo gestos, outro fazendo TikTok. Infelizmente, todos sabem que, no Congresso, foi uma guerra ideológica a CPMI.

Então, deputada Paula Belmonte, deputado Pastor Daniel de Castro, nessas próximas 2 semanas vou me debruçar junto com a equipe técnica, os delegados, os escrivães, os agentes que estão nos assessorando diretamente.

Peço a Deus que me dê muito discernimento, muito equilíbrio. Espero não é não decepcionar os senhores, é não decepcionar a população também que está esperando esta CPI.

Então eu quero aqui, presidente, dizer que, dia 29, nós estaremos aqui apresentando este relatório. Nessas 2 próximas semanas estarei debruçado, estarei trabalhando, incessantemente, na fase final deste relatório.

Quero corrigir uma palavra que eu disse sobre as minhas convicções. Não é, o meu relatório não vai ser sobre as minhas convicções. O relatório vai ser o que está escrito lá: jurídico, técnico. Convicções são convicções. Então eu não posso colocar convicções nele.

Eu quero agradecer a toda a equipe – dia 29 vamos fazer isso – que nos assessorou, que nos ajudou. Quero pedir desculpas aos deputados se em algum momento fui inoportuno. Se eu fui – sabe? –, às vezes, chato. Porque, às vezes, acontece isso. E agradeço muito.

Dia 29 vamos estar aqui às 9 horas da manhã, sem hora para terminar. Vamos nos debruçar sobre esse relatório. Vamos votá-lo, vamos debatê-lo. Se Deus quiser vamos aprovar este relatório que, de certa forma, fará, eu tenho certeza, justiça, e será um relatório extremamente técnico.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Aqui, seguindo a orientação do relator, já que temos combinado tanto os trabalhos, vou conceder 1 minuto aos dois.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É só para fazer algo que me é peculiar e aqui externar meus pedidos de perdão e desculpas se porventura algumas vezes ferimos o coração de alguém. Nós entramos em embates pessoais e muitas vezes até ideológicos, o que é natural.

Eu já sou diferente do deputado Hermeto, eu sou do espectro de direita. Não tenho o que falar, eu vim disso aqui. Por mais que lá atrás eu não tenha militado, mas votei no presidente Lula, o partido de V.Exa., e eu tenho uma responsabilidade com a igreja, com a família.

O pastor que lá recebeu é totalmente diferente do que recebeu um ministro de Estado. Essas coisas eu entendo. Mas eu quero ressaltar a participação de V.Exa. como presidente desta CPI.

Discordei de algumas posições suas, mas não há como negar que V.Exa. foi um presidente extraordinário, no sentido de ter trazido o equilíbrio para esta casa e para todos nós, para que não fosse nada... para que não fosse algo assim que chamasse a atenção, algo como se diz aí fora: lacração. Não foi essa a função desta CPI. Foi muito trabalho, muita investigação e, sem dúvida nenhuma, pela condução de V.Exa., eu quero parabenizá-lo.

Estou na expectativa do relatório. Deputado Hermeto, meu relator querido, quero finalizar, dizendo: que o senhor o abençoe e que o senhor o guarde. Que o senhor dê a V.Exa. a instrução de fazer justiça, a maior justiça desta casa. Todos nós somos responsáveis. O Brasil está olhando para cá. Brasília tem muita ansiedade por esse relatório. Então, quero dar parabéns por sua condução.

Que Deus dê a V.Exa. graça para trazer um grande relatório. Que, no dia 29, nós possamos votar o relatório de V.Exa. e não trabalhar em algo alternativo.

Estou muito feliz com a condução de V.Exa. Nos últimos 30 dias, então, as suas palavras têm enchido o meu coração e a minha mente de muita expectativa, no sentido de que o senhor vai praticar justiça. É o que eu falo desde a primeira sessão.

Presidente, muito obrigado por esse tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra, por 1 minuto, à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, quero também agradecer a oportunidade.

Estiveram aqui parlamentares guerreiros, tanto de um lado quanto do outro. Esta CPI trouxe como referência a CPMI, e nós avançamos até muito mais que ela. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, como membro suplente desta CPI.

O trabalho que nós fizemos foi um trabalho de dedicação e de responsabilidade, assim como, com certeza, a condução desta CPI, apesar de eu ter algumas críticas – e o senhor sabe disso, deixo isso claro. Mas que nós possamos fazer diferença.

Quero também aproveitar esta oportunidade, presidente, para informar às pessoas que nós fizemos a quebra de sigilo bancário da senhora Ana Priscila. Eu recebi a notícia hoje de que nós vamos receber, pela CPI, a quebra do sigilo bancário. Então, também quero ter a oportunidade de apresentar isso ao relator, porque, se houver alguma coisa que tenha de ser mostrada para a população, nós vamos mostrar e vamos nos debruçar sobre ela para que possamos entender para quem a Ana Priscila falou: "Missão dada, missão cumprida". Vamos ter acesso a essa resposta no seu relatório, relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputada Paula Belmonte.

Deputado, ou melhor – será que estou com alguma premonição? –, coronel Reginaldo Leitão, eu nunca conversei com nenhum depoente antes do depoimento.

Hoje, o coronel chegou sozinho, sem advogado, e eu achei que não seria correto deixá-lo em uma sala, sozinho, porque ficar uma hora sozinho em um lugar é uma eternidade.

Eu fui lá conversar com ele. Não fui conversar sobre CPI, porque não posso conversar sobre CPI com o depoente, mas conversei sobre a saúde dele, conversei sobre os 30 anos de polícia que ele tem. Ele me trouxe um fato – deputado Hermeto, V.Exa., que é policial –, e acho que é preciso que o governo olhe para esta questão da corporação: trata-se do tanto de gente que está adoecendo, que estão adoecidas.

O coronel mesmo – vou dizer de público – está com problema de saúde, está se tratando. Ele ainda tem a oportunidade de estar se tratando. E o tanto de praças que estão por aí, deputado Hermeto, que não têm condições de se tratar?

Principalmente depois dessa pandemia, muita gente está com problema depressivo. Um policial depressivo é complicado. Então, eu acho... Até sugiro a V.Exa. que coloque no relatório a recomendação de um tratamento adequado para esses homens e mulheres que fazem parte da Polícia Militar do Distrito Federal. Merecem, porque muitas vezes é fácil criticar por uma coisa ou outra que eles fazem na rua, mas antes não se olhou como é que estava a saúde mental dessas pessoas.

Portanto, eu até sugiro a V.Exa. que inclua no relatório recomendações para esse tratamento. Inclusive, nós podemos fazer proposições de projetos; e um projeto de CPI tem prioridade sobre todos os projetos. Ele tramita mais rápido.

Agradeço aos deputados e deputadas e a todos os demais a presença nesta reunião.

Tendo cumprido a pauta e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 33ª Reunião Ordinária, às 14 horas, 1 minuto e 35 segundos. Muito obrigado a todas e a todos. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h01min.)

Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 17/11/2023, às 15:24, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1437993** Código CRC: **5C621F2E**.